

## ***7. A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914.***

ERIC HOBSBAWM

### I.

Uma vez cientes de como e comum o fenômeno da invenção das tradições, descobriremos com facilidade que elas surgiram com frequência excepcional no período de 30 a 40 anos antes da I Guerra Mundial. Não se pode dizer com certeza que nesse período inventaram-se tradições "com maior frequência" do que em qualquer outro, uma vez que não há como estabelecer comparações quantitativas realistas. Entretanto, em muitos países, e por vários motivos, praticou-se entusiasticamente a invenção de tradições, uma produção em massa que é o assunto deste capítulo.

Foi realizada oficialmente e não-oficialmente, sendo as invenções oficiais - que podem ser chamadas de "políticas" - surgidas acima de tudo em estados ou movimentos sociais e políticos organizados, ou criadas por eles; e as não-oficiais - que podem ser denominadas "sociais" - principalmente geradas por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não eram específica ou conscientemente políticos, como os clubes e grêmios, tivessem eles ou não também funções políticas. Esta distinção é mais uma questão de conveniência do que de princípio. Pretende chamar a atenção para duas formas principais da criação de tradições *no* século XIX, ambas reflexos das profundas e rápidas transformações sociais do período. Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação tornava as formas tradicionais de governo através de estados e hierarquias sociais e políticas mais difíceis ou até impraticáveis. Eram necessários novos métodos de governo ou de estabelecimento de alianças. De acordo com a ordem natural das coisas, a consequente invenção das tradições "políticas" foi mais consciente e deliberada, pois foi adotada por instituições que tinham objetivos políticos em mente. Podemos, no entanto, perceber imediatamente que a invenção consciente teve êxito principalmente segundo a proporção do

sucesso alcançado pela sua transmissão numa frequência que o público pudesse sintonizar de imediato. Os novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos, que comandavam os exércitos cada vez maiores dos empregados do estado e o crescente público cativo composto pelos colegiais, talvez não mobilizassem os cidadãos voluntários se não tivessem uma genuína repercussão popular. O Império Alemão não foi feliz ao tentar transformar o Imperador Guilherme I num pai aceito pelo povo, fundador de uma Alemanha unida, nem ao fazer de seu aniversário um verdadeiro aniversário nacional. (Aliás, quem é que se lembra de que tentaram chamá-lo "Guilherme, o Grande"?) O apoio oficial assegurou a construção de 327 monumentos a Guilherme até 1902, mas apenas *um* ano após a morte de Bismarck, em 1898, 470 municípios haviam resolvido erigir "colunas a Bismarck".<sup>1</sup> Não obstante, o Estado ligou as invenções de tradição formais e informais, oficiais ou não, políticas e sociais, pelo menos nos países onde houve necessidade disso. Visto de baixo, o Estado definia cada vez mais um palco maior em que se representavam as atividades fundamentais determinantes das vidas dos súditos e cidadãos. Aliás, assim como definia, também registrava a existência civil deles (*état civil*). Talvez não tenha sido o único palco desta natureza, mas sua existência, limites e intervenções cada vez mais frequentes e perscrutadoras na vida do cidadão foram, em última análise, decisivas. Nos países desenvolvidos, a "economia nacional", sua área definida pelo território de estado ou de suas subdivisões, era a unidade básica do desenvolvimento econômico. Qualquer alteração nas fronteiras do estado ou em sua política acarretava consideráveis e duradouras consequências materiais para os cidadãos do país. A padronização da administração e das leis nela contidas e, especificamente, da educação oficial, transformou as pessoas em cidadãos de um país determinado: "camponeses e franceses", segundo o título de um livro oportuno.<sup>2</sup> O Estado era o contexto das ações coletivas dos cidadãos, na medida em que estas fossem oficialmente reconhecidas. O principal objetivo da política nacional era, sem dúvida, influenciar ou mudar o governo do Estado ou suas diretrizes, sendo que o homem comum tinha cada vez mais direitos de participar dele. Na verdade, a política no novo sentido do sécu-

1. G. L. Mosse, "Caesarism, Circuses and Movements", *Journal of Contemporary History*, vi, n. 2 (1971), pp. 167-82; G. L. Mosse, *The Nationalisation of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the 3rd Reich* (Nova Iorque, 1975); T. Nipperdey, "Nationalidee und Nationaldenkmal in Deutschland im 19. Jahrhundert", *Historische Zeitschrift* (jun. 1968), pp. 529-85, princ. 543 (notas). 579 (notas).

2. Eugen Weber, *Peasants into Frenchmen: The Modernization of Rural France, 1870-1914* (Stanford, 1976).

lo XIX era, basicamente, uma política de dimensões nacionais. Em suma, para fins práticos, a sociedade ("sociedade civil") e o Estado em que ela funcionava tornaram-se cada vez mais inseparáveis.

Foi, portanto, natural, que as classes existentes na sociedade, e especialmente a classe operária, tendessem a identificar-se através de movimentos políticos ou organizações ("partidos") de âmbito nacional; igualmente natural, que estes agissem *de facto* basicamente dentro do país.<sup>3</sup> Não surpreende também que movimentos que pretendiam representar uma sociedade inteira ou um "povo" inteiro encarassem sua existência fundamentalmente em termos de um estado independente ou, pelo menos, autônomo. Estado, nação e sociedade eram fatores em convergência.

Pela mesma razão, o Estado, visto de cima, de acordo com a perspectiva de seus governantes formais ou grupos dominantes, deu origem a problemas inéditos de preservação ou estabelecimento da obediência, lealdade e cooperação de seus súditos e componentes, ou sua própria legitimidade aos olhos destes súditos e componentes. O próprio fato de que suas relações diretas e cada vez mais intrinsecas e frequentes com os súditos e cidadãos como indivíduos (ou no máximo como chefes de famílias) haviam-se tornado cada vez mais essenciais ao seu funcionamento, causou um enfraquecimento dos velhos mecanismos através dos quais se mantivera com êxito a subordinação social: coletividades ou corporações relativamente autônomas sob o controle do governante, mas que controlavam seus respectivos membros, pirâmides de autoridade cujos ápices ligavam-se a autoridades mais altas, hierarquias sociais estratificadas em que cada camada aceitava seu lugar, e daí por diante. Em todo caso, transformações sociais como as que substituíram os estamentos (*ranks*) por classes, desgastaram-nas. Os problemas dos estados e dos governantes eram sem dúvida muito mais graves onde os súditos se haviam tornado cidadãos, ou seja, pessoas cujas atividades políticas eram institucionalmente reconhecidas como algo que devia ser considerado - mesmo que fosse apenas sob a forma de eleições. Agravaram-se ainda mais quando os movimentos políticos de massas desafiaram deliberadamente a legitimidade dos sistemas de governo político ou social, e/ou ameaçaram revelar-se incompatíveis com a ordem do estado ao colocar as obrigações para com alguma outra coletividade humana - geralmente a classe, a igreja ou a nacionalidade - acima dele.

3. Isto ficou definitivamente comprovado em 1914, pelos partidos socialistas da Segunda Internacional, que não só reivindicavam ser de alcance basicamente internacional, mas de fato as vezes consideravam-se oficialmente nada mais do que secções nacionais de um movimento global. ("Séction Française de l'Internationale Ouvrière").

A questão parecia ser mais controlável onde menos mudanças na estrutura social haviam ocorrido, onde o destino dos homens parecia estar sujeito apenas às forças desde sempre desencadeadas sobre a humanidade por alguma divindade inescrutável, e onde as antigas formas de superioridade hierárquica e subordinação estratificada, multiforme e relativamente autônoma ainda vigoravam. As únicas coisas que podiam mobilizar o campesinato italiano além de suas aldeias eram a igreja e o Rei. Aliás, o tradicionalismo dos camponeses (que não deve ser confundido com passividade, embora não tenha havido muitos casos em que eles desafiaram a própria existência dos senhores, contanto que estes pertencessem a mesma fé e ao mesmo povo) foi constantemente elogiado pelos conservadores do século XIX, que o consideravam o ideal do comportamento político dos súditos. Infelizmente, os Estados em que tal modelo funcionou eram, por definição, "atrasados" e, portanto, frágeis, sendo que qualquer tentativa de "modernizá-los" provavelmente os tornaria menos viáveis. Teoricamente, era possível conceber uma "modernização" que mantivesse a velha organização da subordinação social (possivelmente com um pouco de invenção ponderada de tradições), mas fora o Japão, é difícil encontrar outro exemplo de sucesso na prática. Possivelmente, tais tentativas de atualizar os laços sociais de uma ordem tradicional implicavam o rebaixamento da hierarquia social, um fortalecimento das ligações diretas entre o súdito e o governante central que, intencionalmente ou não, passou a representar cada vez mais um novo tipo de estado. "Deus salve o Rei" passou a ser (embora por vezes simbolicamente) uma exortação política mais eficaz do que "Deus abençoe o proprietário e seus parentes e nos mantenha em nossas posições". O capítulo sobre a monarquia britânica esclarece este processo até certo ponto, embora fosse interessante realizar-se um estudo sobre as tentativas que fizeram dinastias mais autenticamente legitimistas, tais como a dos Habsburgos e dos Romanov, não só de impor obediência a seus povos como súditos, mas de angariar-lhes a lealdade como cidadãos em potencial. Sabemos que eles terminaram não conseguindo, mas teria sido este fracasso inevitável?

Por outro lado, o problema era mais difícil de ser resolvido em estados inteiramente novos, em que os governantes eram incapazes de fazer uso eficaz de laços já existentes de obediência e lealdade política, e em estados cuja legitimidade (ou a legitimidade da ordem social por eles representada) já não era mais aceita. Acontece que no período de 1870-1914 havia excepcionalmente poucos "estados novos". A maioria dos estados europeus, assim como das repúblicas americanas, havia, aquela altura, adquirido as instituições, símbolos e práticas oficiais básicas que a Mongólia, tendo declarado uma espécie de independência da China em 1912, imediatamente considerou inovadoras e ne-

cessárias. Tinham capitais, bandeiras, hinos nacionais, uniformes militares e acessórios semelhantes, baseados em grande parte no modelo dos britânicos, cujo hino nacional (que data de aprox. 1740) é, provavelmente, o primeiro, e no modelo dos franceses, cuja bandeira tricolor foi livremente imitada. Vários novos estados e regimes foram capazes de, como a Terceira República Francesa, recorrer ao simbolismo republicano francês do passado, ou, como o Império alemão de Bismarck, associar elementos tirados de um Império Alemão anterior, aos mitos e símbolos de um nacionalismo liberal popular entre as classes médias, e ao prosseguimento da dinastia da monarquia prussiana, da qual na década de 1860, metade dos habitantes da Alemanha de Bismarck eram súditos. Dentre os estados maiores, apenas a Itália teve de partir do nada para resolver o problema resumido por d'Azeglio na seguinte frase: "Nós fizemos a Itália: agora temos de fazer os italianos." A tradição do reino de Sabóia não era uma vantagem política fora da região noroeste do país, e a igreja opunha-se ao novo Estado italiano. Talvez não surpreenda que o novo reino da Itália, embora animado para "fazer italianos", não estava nada entusiasmado com a ideia de fazer mais de um ou dois por cento deles eleitores, até que isto se tornasse completamente inevitável.

Embora o estabelecimento da legitimidade dos novos estados e regimes fosse relativamente raro, sua afirmação contra a ameaça da política popular não foi. Como dissemos acima, aquele desafio era principalmente representado, única ou conjuntamente, pela mobilização política das massas, às vezes combinada, às vezes conflitante, através da religião (principalmente a católica romana), da consciência de classe (democracia social), e do nacionalismo, ou pelo menos a xenofobia. Em termos políticos, tais desafios tiveram sua expressão mais visível no voto, e, neste período, apresentavam-se inextricavelmente ligados à existência do sufrágio universal ou a luta por sua obtenção, travada contra oponentes que, principalmente agora, conformavam-se com uma ação de defesa da retaguarda. Em 1914 já havia na Austrália (1901), Áustria (1907), Bégica (1894), Dinamarca (1849), Finlândia (1905), França (1875), Alemanha (1871), Itália (1913), Noruega (1898), Suécia (1907), Suíça (1848-79), no Reino Unido (1867-84) e nos Estados Unidos, certa forma de sufrágio amplo, embora não universal, e só ocasionalmente se fizesse acompanhar da democracia política. Não obstante, mesmo onde as constituições não eram democráticas, a própria existência de um eleitorado de massas já evidenciava o problema de manter sua lealdade. A ascensão ininterrupta do voto social-democrata na Alemanha imperial não preocupou menos os governantes pelo fato do *Reichstag* ter muito pouco poder.

A ampliação do progresso da democracia eleitoral e a consequente aparição da política de massas, portanto, dominaram a invenção

das tradições oficiais no período de 1870-1914. O que tornava isso particularmente urgente era a predominância tanto do modelo das instituições constitucionais liberais quanto da ideologia liberal. As primeiras ofereciam obstáculos não teóricos, mas no máximo empíricos à democracia eleitoral. De fato, dificilmente um liberal dispensaria a extensão dos direitos civis a todos os cidadãos - ou pelo menos aos de sexo masculino - mais cedo ou mais tarde. A ideologia liberal alcançara seus mais espetaculares êxitos econômicos e transformações sociais através da opção sistemática pelo indivíduo, relegando a coletividade institucionalizada, pelas transações de mercado (o "vínculo financeiro") ao invés de pelos laços humanos, pela hierarquia de classe ao invés de de estamentos, pela *Gesellschaft*, em vez da *Gemeinschaft*. Deixou, assim, sistematicamente, de cultivar os vínculos sociais e de autoridade aceitos pelas sociedades do passado, tendo aliás pretendido e conseguido enfraquecê-los. Contudo que as massas permanecessem alheias à política, ou fossem preparadas para apoiar a burguesia liberal, não haveria grandes dificuldades políticas em consequência disso. Todavia, da década de 1870 em diante tornou-se cada vez mais evidente que as massas estavam começando a envolver-se na política, e não se poderia ter certeza de que apoiariam seus senhores.

Após a década de 1870, portanto, quase que certamente junto com o surgimento da política de massas, os governantes e observadores da classe média redescobriram a importância dos elementos "irracionais" na manutenção da estrutura e da ordem social. Conforme comentaria Graham Wallas em *Human Nature in Politics* (A Natureza Humana na Política) (1908): "Quem se dispuser a basear seu pensamento político numa reavaliação do funcionamento da natureza humana, deve começar por tentar superar sua própria tendência de exagerar a intelectualidade do homem".<sup>4</sup> Uma nova geração de pensadores não teve dificuldade em superar tal tendência. Redescobriram elementos irracionais na psique individual (Janet, William James, Freud), na psicologia social (Le Bon, Tarde, Trotter), através da antropologia em povos primitivos cujas práticas já não pareciam preservar simplesmente as características da infância da humanidade moderna (Durkheim não distinguiu os elementos de toda a religião nos ritos dos aborígenes da Austrália?<sup>5</sup>), mesmo naquele perfeito bastião da razão humana ideal, o helenismo clássico (Frazer, Cornford).<sup>6</sup> O estudo

intelectual da política e da sociedade foi transformado pelo reconhecimento de que o que mantinha unidas as coletividades humanas não eram os cálculos racionais de seus componentes.

Creio não ser este o momento oportuno para fazer uma análise, nem mesmo a mais breve possível, deste recuo intelectual do liberalismo clássico, que apenas os economistas não acompanharam.<sup>7</sup> Há uma relação óbvia entre ele e a experiência da política de massas, principalmente num país onde uma burguesia que tinha, segundo Burke, "rasgado violentamente... o recatado cortinado da vida,... as agradáveis ilusões que tornavam o poder manso e a obediência liberal"<sup>8</sup> da forma mais definitiva possível, agora achava-se exposta, afinal, a necessidade permanente de governar por meio de uma democracia política à sombra de uma revolução social (a Comuna de Paris). Naturalmente, não bastava lamentar o desaparecimento daqueles antigos alicerces sociais, a igreja e a monarquia, como fez o Taine pós-Comuna, embora não tivesse simpatia por nenhuma das duas.<sup>9</sup> Era ainda menos prático trazer de volta o rei católico, como queriam os monarquistas (eles próprios estando longe de ser os melhores exemplos de piedade e fé tradicional, como no caso de Maurras). Havia que construir-se uma "religião cívica" alternativa. Tal necessidade foi o núcleo da sociologia de Durkheim, trabalho de um dedicado republicano não-socialista. No entanto, teve de ser instituída por pensadores menos eminentes, embora fossem políticos mais experientes.

Seria ridículo insinuar que os homens que governaram a Terceira República, para atingirem uma estabilidade social, fiaram-se apenas na invenção de tradições novas. Eles, ao contrário, basearam-se no fato político real de que a direita era uma minoria eleitoral permanente, que o proletariado social revolucionário e os inflamáveis parisienses poderiam ser permanentemente derrotados pelos votos das aldeias e pequenas cidades, com representação equivalente ou maior, e que a genuína paixão dos eleitores republicanos rurais pela Revolução Francesa e seu ódio pelos interesses dos detentores do capital poderia geralmente ser aplacado por estradas apropriadamente distribuídas pelos distritos, pela defesa dos altos pregos dos produtos agrícolas e, quase certamente, pela manutenção de impostos baixos. O aristocrata radical socialista sabia o que pretendia quando redigiu seu discurso eleito-

4. Graham Wallas, *Human Nature in Politics* (Londres, 1908), p. 21.

5. Emile Durkheim, *The Elementary Forms of the Religious Life* (Londres, 1976). Primeira edição francesa em 1912.

6. J. G. Frazer, *The Golden Bough*, 3. ed. (Londres, 1907-30); F. M. Cornford, *From Religion to Philosophy: A Study of the Origins of Western Speculation* (Londres, 1912).

7. Provavelmente porque eles foram capazes de eliminar de seu campo de visão tudo o que não pudesse definir-se como comportamento racionalmente ampliador; a custa - após a década de 1870 - de um considerável estreitamento de seu campo de estudo.

8. Edmund Burke, *Reflections on the Revolution in France*, ed. Everyman, p. 74.

9. J. P. Mayer, *Political Thought in France from the Revolution to the 5th Republic* (Londres, 1961), pp. 84-8.

ral, recorrendo a evocação do espírito de 1789 - não do de 1793 - e a um hino à República, em cujo climax garantiu sua lealdade aos interesses dos vicultores do seu eleitorado do Languedoc.<sup>10</sup>

Entretanto, a invenção da tradição desempenhou um papel fundamental na manutenção da República, pelo menos salvaguardando-a contra o socialismo e a direita. Pela anexação deliberada da tradição revolucionária, a Terceira República apaziguou os social-revolucionários (como a maioria dos socialistas) ou isolou-os (como os anarco-sindicalistas). Em consequência disso, era agora capaz de mobilizar até mesmo a maioria de seus adversários potenciais da esquerda para defender uma república e uma revolução do passado, constituindo uma frente única com as classes que reduziu a direita a uma permanente minoria no país. Alias, conforme se explica no manual da política da Terceira República, *Clochemerle*, a principal função da direita era ser alvo da mobilização dos bons republicanos. O movimento operário socialista negou-se a ser cooptado pela República burguesa até certo ponto; daí a instituição da comemoração anual da Comuna de Paris no *Mur des Federes* (1880) contra a institucionalização da República; daí também a substituição da "Marselhesa" tradicional e agora oficial, pela nova "Internationale", seu hino durante o caso Dreyfus, e principalmente durante as controvérsias sobre a participação socialista nos governos burgueses (Millerand)." Mais uma vez, os republicanos jacobinos radicais continuaram, dentro do simbolismo oficial, a assinalar sua separação dos republicanos moderados e dominantes. Agulhon, que estudou a mania típica de erigir monumentos, em sua maioria da própria República, durante o período de 1875 a 1914, observa, de maneira perspicaz, que nos municípios mais radicais Marianne trazia pelo menos um dos seios nus, enquanto nos mais moderados ela estava sempre recatadamente vestida.<sup>12</sup> No entanto, o mais importante era que quem controlava todas as metáforas, o simbolismo, as tradições da República eram os homens do centro mascarados de homens da extrema esquerda: os socialistas radicais, proverbialmente "iguais aos rabanetes, vermelhos por fora e brancos por dentro, sempre do lado que mais lhes interessa". Assim que eles pararam de controlar as fortunas da República - desde a época da Frente Popular em diante - os dias da Terceira República ficaram contados.

10. Jean Touchard, *La Gauche en France depuis 1900* (Paris, 1977), p. 50.

11. Maurice Dommanget, Eugène Pottier, *Membre de la Commune et Chantre de l'Internationale* (Paris, 1971); cap. 3.

12. M. Agulhon, "Esquisse pour une Archéologie de la République; l'Allegorie Civique Féminine". *Annales ESC*, xxviii (1973), pp. 5-34; M. Agulhon, *Marianne au Combat: l'Imagerie et la Symbolique Républicaines de 1789 à 1880* (Paris, 1979).

Ha provas suficientes de que a burguesia republicana moderada reconhecia a natureza de seu principal problema político ("falta de inimigos da esquerda") desde a década de 1860, e pds-se a resolvS-lo logo que a Republica firmou-se no poder.<sup>13</sup> Em termos da invengao da tradigao, tres novidades principais sao particularmente importantes. A primeira foi o desenvolvimento de um equivalente secular da igreja - educagao primaria, imbuida de principios e conteiido revolucionario e republicano, e dirigida pelo equivalente secular do clero - ou talvez, dada a sua pobreza, os frades - os *instituteurs*.<sup>14</sup> Nao resta diivida de que esta foi uma criagao deliberada do inicio da Terceira Republica e, considerando-se a centralizagao proverbial do governo frances, de que o cpnteudo dos manuais que iriam transformar nao so camponeses em franceses, mas todos os franceses em bons republicanos, foi cuidadosamente elaborado. Alias, a "institucionalizagao" da propria Revolu-gao Francesa na, e pela, Republica ja foi estudada com maior vagar.<sup>15</sup>

A segunda novidade foi a invengao das cerimonias publicas.<sup>16</sup> A mais importante delas, o Dia da Bastilha, foi criado em 1880. Reunia manifestagoes oficiais e nao-oficiais e festividades populares - fogos de artifício, bailes nas ruas - confirmando anualmente a condigao da Franga como nagao de 1789, na qual todo homem, mulher e crianga franceses poderiam tomar parte. Embora deixasse espago, para manifestagoes populares mais belicosas, mal podendo evita-las, sua tendencia geral era transformar a heranga da Revolugao numa expressao conjunta de pompa e poder do estado e da satisfagao dos cidadaos. Forma menos permanente de celebragao publica eram as exposigoes mundiais exporadicas que deram a Republica a legitimidade da prosperidade, do progresso tecnico - a Torre Eiffel - e a conquista colonial global que procuravam enfatizar.<sup>17</sup>

A terceira novidade foi a produgao em massa de monumentos publicos ja comentada. Pode-se observar que a Terceira Republica - ao contrario de outros paises - nao era favoravel aos edificios publicos

13. Sanford H. Elwitt, *The Making of the 3rd. Republic: Class and Politics in France, 1868-84* (Baton Rouge, 1975).

14. Georges Duveau, *Les Instituteurs* (Paris, 1957); J. Ozouf (org.) *Nous les Mditres d'École: Autobiographies d'Instituteurs de la Belle Époque* (Paris, 1967).

15. Alice Gerard, *La Revolution Francaise: Mythes et Interpretations, 1789-1970* (Paris, 1970), cap. 4.

16. Charles Rearick, "Festivals in Modern France; The Experience of the 3rd. Republic", *Journal of Contemporary History*, xii, n. 3 (jul. 1977), pp. 435-60; Rosemonde Sanson, *Les 14 Juillet, Fete et Conscience Nationale, 1789-1975* (Vans, 1976), com bibliografia.

17. Sobre as intencoes poh'ticas da Exposicao de 1889, cf. Debora L. Silverman, "The 1889 Exhibition: The Crisis of Bourgeois Individualism", *Oppositions, A Journal for Ideas and Criticism in Architecture* (primavera 1977), pp. 71-91.

imponentes, dos quais já havia muitos na França - embora as grandes exposições tenham acrescentado alguns a Paris - nem às estátuas descomunais. A principal característica da "estatuomania" francesa<sup>18</sup> foi sua democracia, prenúncio da democracia dos monumentos da guerra após 1914-18. Dois tipos de monumentos espalharam-se pelas cidades e comunas rurais do país: a imagem da própria República (na pessoa de Marianne, agora universalmente conhecida), e as figuras civis barbadas daqueles que o patriotismo local escolhia para reverenciar, fossem vivos ou mortos. Aliás, embora a construção dos monumentos republicanos fosse evidentemente incentivada, a iniciativa e o custo de tais empreendimentos eram questões de âmbito local. Os empresários que abasteciam este mercado ofereciam escolhas adequadas aos bolsos de toda comunidade republicana, dos cidadãos mais pobres até os mais ricos, desde modestos bustos de Marianne, dos mais diversos tamanhos, passando por estátuas de corpo inteiro de várias dimensões, até os pedestais e acessórios alegóricos ou heróicos que os cidadãos mais ambiciosos podiam colocar aos pés da figura.<sup>19</sup> Os opulentos conjuntos da Place de la République e da Place de la Nation em Paris constituíam a versão suprema deste tipo de estatuária. Tais monumentos reconstituem as raízes da República - especialmente seus baluartes rurais - e podem ser considerados vínculos visíveis entre os eleitores e a nação.

Algumas outras características das tradições "inventadas" oficiais da Terceira República podem ser comentadas rapidamente. Exceção sob a forma da celebração de figuras de destaque do passado local, ou de manifestos políticos locais, ela não recorreu à história. Em parte, sem dúvida, porque a história antes de 1789 (a não ser talvez pelos gauleses), lembrava a igreja e a monarquia, e em parte porque a história a partir de 1789 era uma força divisória, não unificadora: cada tipo - ou grau - de Republicanismo tinha seus próprios heróis e vilões no panteão revolucionário, como demonstra a historiografia da Revolução Francesa. As diferenças partidárias eram patentes nas estátuas de Robespierre, Mirabeau ou Danton. Ao contrário dos Estados Unidos e dos estados latino-americanos, a República Francesa esquivou-se, portanto, do culto aos Fundadores do País. Preferia símbolos gerais, abstendo-se até do uso de temas que se referissem ao passado nacional nos selos postais até bem depois de 1914, apesar de a maioria dos Estados europeus (fora a Grã-Bretanha e a Escandinávia) terem descoberto sua força de meados da década de 1890 em diante. Eram poucos os

símbolos: a tricolor (democratizada e universalizada na faixa do prefeito, presente em todo casamento civil ou outra cerimônia), o monograma da República (RF) e o lema (liberdade, igualdade, fraternidade), a "Marselhesa", e o símbolo da República e da própria liberdade, que parece ter tornado forma nos últimos anos do Segundo Império, Marianne. Podemos também observar que a Terceira República não tinha qualquer desejo oficial pelas cerimônias especificamente inventadas, tão característico da primeira - "árvores da liberdade", deusas da razão e festejos *ad hoc*. Não devia haver feriado nacional oficial que não o 14 de julho, nenhuma mobilização, procissão ou marcha formal por parte dos cidadãos civis (ao contrário dos regimes de massas do século XX, e também ao contrário dos Estados Unidos), mas uma simples "republicanização" da pompa do poder de estado aceita - uniformes, paradas, bandas, bandeiras e coisas que tais.

O Segundo Império Alemão representa um contraste interessante, principalmente porque vários dos temas gerais da tradição inventada republicana francesa podem ser identificados. Seu principal problema político era duplo: como emprestar legitimidade histórica a versão bismarckiana (Prusso-Pequeno alemã) da unificação que não era reconhecida; e como lidar com aquela grande parte do eleitorado democrático que teria preferido outra solução (grande-alemães, anti-prussianos, católicos e, acima de tudo, social-democratas). O próprio Bismarck parece não ter-se preocupado muito com o simbolismo, a não ser pela criação de uma bandeira tricolor que unia a branca e preta prussiana com a nacionalista liberal preta, vermelha e dourada, que ele pretendia anexar (1866). Não havia qualquer precedente histórico para a bandeira nacional imperial preta, branca e vermelha.<sup>20</sup> A receita de Bismarck para a estabilidade política era ainda mais simples: conquistar o apoio da burguesia (predominantemente liberal), cumprindo<sup>1</sup> seu programa até um ponto que não comprometesse a predominância

18. M. Agulhon, "La Statuomanie et l'Histoire". *Ethnologie Française*, n. 3-4 (1978), pp. 3-4.

19. Agulhon, "Esquisse pour une Archéologie .

20. Whitney Smith, *Flags through the Ages* (Nova Iorque, 1975), pp. 116-18. A bandeira nacionalista preta, vermelha e dourada parece ter tido origem no movimento estudantil do período pós-napoleônico, mas só foi claramente instituída como bandeira do movimento nacional em 1848. A resistência à República de Weimar reduziu sua bandeira nacional a estandarte de partido - aliás, a força militar do Partido Social-Democrata adotou-a como nome ("Reichsbanner"), embora a direita anti-republicana estivesse dividida entre a bandeira imperial e a bandeira nacional socialista, que já não tinha a disposição tricolor tradicional, talvez devido à associação com o liberalismo do século XIX, talvez por não indicar com clareza um rompimento radical com o passado. Todavia, a bandeira continuou com o padrão de cores básico do império bismarckiano (negro, branco e vermelho), embora destacasse o vermelho, até então o símbolo apenas dos movimentos socialistas e operários. A República Federal e a Democrática voltaram às cores de 1848, a primeira sem acréscimos, a última com um emblema adequado, adaptado do modelo básico foice-e-martelo comunista e soviético.

da monarquia, exército e aristocracia prussiana, utilizar as divisões potenciais entre os vários tipos de oposição e evitar tanto quanto possível que a democracia política influenciasse as decisões do governo. Grupos obviamente irreconciliáveis que não podiam ser divididos - especialmente os católicos e principalmente os social-democratas pós-lassallianos - causaram-lhe certo embaraço. Aliás, ele foi derrotado nos confrontos diretos com ambos. Tem-se a impressão de que este racionalista conservador da velha guarda, apesar de mestre nas artes da manobra política, jamais conseguiu resolver a contento os problemas da democracia política, ao contrário da política dos ilustres.

A invenção das tradições do Império Alemão associa-se, portanto, antes de mais nada, à era de Guilherme II. Seus objetivos eram primordialmente duplos: estabelecer a continuidade entre o Primeiro e o Segundo Império Alemão, ou, de modo mais geral, estabelecer o novo Império como realização das aspirações nacionais seculares do povo alemão; e enfatizar as experiências históricas específicas que ligavam a Prússia ao restante da Alemanha na construção do novo Império, em 1871. Ambas as metas, por sua vez, exigiam a convergência da história prussiana e alemã, coisa a que se dedicaram por algum tempo os historiadores imperiais patriotas (especialmente Treitsche). A principal dificuldade na maneira de atingir tais objetivos era, em primeiro lugar, que a história do Santo Império Romano da nação alemã era difícil de ser adaptada a qualquer molde nacionalista do século XIX, e, em segundo, que sua história não afirmava que o desenlace de 1871 fosse inevitável, nem mesmo provável. Podia ser relacionada a um nacionalismo moderno apenas por meio de dois artifícios: pelo conceito de um inimigo secular nacional contra o qual o povo alemão havia definido sua identidade, lutando para obter a unidade como Estado; e pelo conceito de conquista ou supremacia cultural, política e militar, pelo qual a nação alemã, espalhada por grandes partes de outros países, principalmente na Europa central e oriental, podia reivindicar o direito de unir-se num Estado Maior alemão. O segundo conceito não era exatamente salientado pelo império de Bismarck, especificamente "o Pequeno império", embora a própria Prússia, como subentendia seu nome, houvesse sido historicamente formada em grande parte pela anexação de regiões bálticas e eslavônicas fora dos limites do Santo Império Romano.

Os edifícios e monumentos eram a forma mais visível de estabelecer uma nova interpretação da história alemã, ou antes uma fusão entre a "tradição inventada" mais velha e romântica do nacionalismo alemão pré-1848 e o novo regime: os símbolos mais potentes foram os que conseguiram a fusão. Assim, o movimento de massa dos ginastas alemães, dos liberais e dos grande-alemães até a década de 1860, dos

bismarckianos após 1866 e, finalmente, dos pan-germânicos e anti-semitas levou a sério três monumentos cuja inspiração era basicamente não-oficial: o monumento a Armínio, o Querusco, na Floresta Teutoburga (em grande parte construído de 1838-46, e inaugurado em 1875); o monumento Niederwald, às margens do Reno, que comemora a unificação da Alemanha em 1871 (1877-83); e o monumento comemorativo do centenário da batalha de Leipzig, iniciado em 1894 por "uma Associação Patriótica Alemã pela Construção de um Monumento à Batalha dos Povos em Leipzig", e inaugurado em 1913. Por outro lado, eles não parecem ter manifestado entusiasmo pela proposta de transformar o monumento a Guilherme I na montanha Kyffhäuser, no local onde, segundo as lendas, o Imperador Frederico Barba Roxa reapareceria, num símbolo nacional (1890-6), e como não houve nenhuma reação especial a construção do monumento a Guilherme I e à Alemanha na confluência do Reno com o Moselle (o "Deutsches Eck", ou Recanto Alemão), dirigidos contra as reivindicações francesas à margem esquerda do Reno.<sup>21</sup>

À parte tais variações, o volume de construções e estátuas erguidas na Alemanha neste período foi considerável, enriquecendo os arquitetos e escultores adaptáveis e competentes o suficiente.<sup>22</sup> Entre os que foram construídos ou planejados só na década de 1890, podemos mencionar o novo edifício do Reichstag (1884-94), cuja fachada ostenta elaboradas metáforas históricas, o monumento de Kyffhäuser já citado (1890-6), o monumento nacional a Guilherme I - nitidamente considerado o pai oficial do país (1890-7), o monumento a Guilherme I na Porta Westfálica (1892), o monumento a Guilherme I no Deutsches Eck (1894-7), o extraordinário Valhalla de príncipes Hohenzollern na "Avenida da Vitória" (Siegesallee) em Berlim (1896-1901), uma variedade de estátuas de Guilherme I nas cidades alemãs (Dortmund 1894, Wiesbaden 1894, Prenzlau 1898, Hamburgo 1903, Halle 1901) e, um pouco mais tarde, um verdadeiro dilúvio de monumentos a Bismarck, que gozaram de apoio mais genuíno dos nacionalistas.<sup>23</sup> A inauguração de um desses monumentos constituiu a primeira ocasião

21. Hans-Georg John, *Politik und Turnen: die deutsche Turnerschaft als nationale Bewegung im deutschen Kaiserreich von 1871-1914* (Ahrensberg bei Hamburg, 1976), pp. 41 e seg.

22. "O destino quis que, contra sua natureza, ele se tornasse um monumental escultor, que iria celebrar a ideia imperial de Guilherme II em gigantescos monumentos de bronze e pedra, numa linguagem metafórica, com ênfase exagerada no patos." Ulrich Thieme e Felix Becker, *Allgemeines Lexikon der bildenden Künstler von der Antike bis zur Gegenwart* (Leipzig, 1907-50), iii, p. 185. Consulte também as entradas gerais, sob os nomes Begas, Schilling, Schmitz.

23. John, *op. cit.*, Nipperdey, "Nationalidee", pp. 577 e seg.

em que se utilizaram temas históricos nos selos postais do Império (1899).

Este acúmulo de construções e estátuas traz duas implicações. A primeira refere-se à escolha de um símbolo nacional. Havia dois disponíveis: uma "Germania" indefinida, porém adequadamente militar, que não desempenhava grande papel na escultura, embora figurasse frequentemente nos selos desde o início, uma vez que nenhuma figura dinástica poderia por enquanto simbolizar a Alemanha como um todo; e a figura do "Deutsche Michel", que realmente surge num papel subordinado no monumento a Bismarck. Ele pertence às curiosas representações da nação, não como um país ou estado, mas como "o povo", que passou a animar a demótica linguagem política dos caricaturistas do século XIX, e que visava (como John Bull e o Ianque de cavanhaque - *não* como Marianne, símbolo da República) expressar o caráter nacional, segundo o ponto de vista dos próprios membros da nação. Suas origens e primórdios são desconhecidos, embora, como o hino nacional, tenham sido quase certamente encontrados pela primeira vez na Grã-Bretanha do século XVIII.<sup>24</sup> Essencialmente, o "Deutsche Michel" enfatizava tanto a inocência e a simplicidade tão prontamente exploradas pelos forasteiros ardilosos, quanto a força física que podia utilizar para frustrar seus truques e conquistas manhosas quando afinal despertada. Ao que parece, "Michel" foi essencialmente um símbolo antiestrangeiro.

A segunda implicação diz respeito a importância capital da unificação alemã por Bismarck com a *única* experiência nacional histórica que os cidadãos do novo Império tinham em comum, considerando-se que todas as concepções anteriores da Alemanha e da unificação alemã eram, de uma forma ou de outra, "grande-alemãs". No contexto desta experiência, a guerra franco-alemã era fundamental. A tradição "nacional" (breve) que a Alemanha possuía resumia-se em três nomes: Bismarck, Guilherme I e Sedan.

Isto exemplifica-se claramente nos cerimoniais e rituais inventados (também principalmente no reinado de Guilherme II). Assim, os anais de um ginásio registram nada menos que dez cerimônias entre agosto de 1895 e março de 1896 para comemorar o vigésimo quinto aniversário da guerra franco-prussiana, incluindo amplas comemorações das batalhas da guerra, celebrações do aniversário do imperador, a entrega oficial do retrato de um príncipe imperial, iluminação especial e discursos sobre a guerra de 1870-1, sobre o desenvolvimento da

24. J. Surel, "La première Image de John Bull, Bourgeois Radical, Anglais Loyaliste (1779-1815)", *Le Mouvement Social*, cvi (jan-mar. 1979), pp. 65-84; Herbert M. Atherton, *Political Prints in the Age of Hogarth* (Oxford, 1974), pp. 97-100.

ideia imperial (*Kaiseridee*) durante a guerra, sobre o caráter da dinastia Hohenzollern, e daí por diante.<sup>25</sup>

Talvez se possa elucidar melhor o caráter de uma dessas cerimônias com uma descrição mais detalhada. Observados por pais e amigos, os meninos entravam no pátio da escola, marchando e cantando "Wacht em Rhein" (a "canção nacional" mais diretamente identificável com a hostilidade em relação a França, embora, significativamente não fosse o hino nacional prussiano nem alemão).<sup>26</sup> Formavam de frente para os representantes de cada turma, que traziam bandeiras enfeitadas com folhas de carvalho, compradas com dinheiro arrecadado em cada turma. (O carvalho tem ligações com o folclore, o nacionalismo e os valores militares teuto-germânicos - ainda lembrados nas folhas de carvalho que assinalavam a mais alta classe de ornamento militar antes de Hitler: um equivalente alemão adequado dos louros latinos.) O líder apresentava as bandeiras ao diretor que, por sua vez, dirigia-se à assembleia e falava sobre os gloriosos dias do último imperador Guilherme I e pedia três fortes vivas pelo presente monarca e sua imperatriz. Depois, os meninos marchavam, seguindo as bandeiras. Seguia-se ainda outro discurso do diretor, antes que fosse plantado um "carvalho imperial" (*Kaisereiche*) ao som de um coral. O dia encerrava-se com uma excursão à Grunewald. Todos estes procedimentos eram simplesmente preliminares à comemoração em si do Dia de Sedan, dois dias depois, e aliás, a um ano letivo repleto de reuniões de caráter ritual, tanto religiosas como cívicas.<sup>27</sup> No mesmo ano, um decreto imperial anunciaria a construção do *Siegesallee*, relacionada ao vigésimo quinto aniversário da guerra franco-prussiana, interpretada como a insurreição do povo alemão "como um só povo", embora "atendendo ao chamado de seus príncipes" para "repelir a agressão estrangeira e alcançar a unidade da pátria e a restauração do Reich com vitórias gloriosas" (o grifo é meu).<sup>28</sup> O *Siegesallee*, como já se disse, re-

25. Heinz Stallmann, *Das Prinz-Heinrichs-Gymnasium zu Schöneberg, 1890-1945. Geschichte einer Schule* (Berlim, s. d./1965/).

26. Na verdade, não havia nenhum hino nacional alemão oficial. Das três canções concorrentes "Heil Dir Im Siegerkranz" (com a melodia do hino inglês "Deus Salve o Rei"), por estar intimamente associada ao imperador prussiano, era a que inspirava menos fervor nacional. "A Vigília do Reno" e "Deutschland Ober Alles" ficaram equiparadas até 1914, mas gradativamente "Deutschland", mais adequada a uma política imperial expansionista, suplantou a "Vigília", a qual se associavam apenas ideias anti-francesas. Em 1890, entre os ginastas alemães, "Deutschland" já se tornara duas vezes mais popular que a "Vigília", embora o movimento tivesse um carinho especial por esta última canção, que alegava ter sido útil para a popularização. John, *op. cit.*, pp. 38-9.

27. Stallmann, *op. cit.*, pp. 16-19.

28. R. E. Hardt, *Dir Beine der Hohenzollern* (Berlim Oriental, 1968).



presentava exclusivamente os príncipes Hohenzollern desde a época dos Margraves de Brandenburgo.

É interessante traçar uma comparação entre as inovações francesas e alemãs. Ambas põem ênfase nos atos de fundação do novo regime - a Revolução Francesa, especialmente em seu episódio menos preciso e mais controvertido (a tomada da Bastilha), e a guerra franco-prussiana. A não ser por este ponto de referência histórico, a República Francesa absteve-se de fazer retrospectivas históricas de forma tão notável quanto os alemães as favoreceram. Uma vez que a Revolução havia estabelecido o fato, a natureza e as fronteiras da nação francesa e de seu patriotismo, a República poderia limitar-se a lembrá-los a seus cidadãos por meio de alguns símbolos óbvios - Marianne, a tricolor, a "Marselhesa", e daí por diante - complementando-os com uma pequena exegese ideológica que falasse (aos cidadãos mais pobres) sobre as vantagens óbvias, embora às vezes teóricas, da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Como o "povo alemão" antes de 1871 não tinha definição nem unidade política, e sua relação com o novo Império (que excluía grande parte do povo) era vaga, simbólica ou ideológica, a identificação teve que ser mais complexa e - com exceção do papel da dinastia, exército e Estado dos Hohenzollern - menos definida. Daí a variedade de referências, indo desde a mitologia e folclore (carvalhos alemães, o Imperador Frederico Barba Roxa), passando pelos estereótipos simplificados das charges, até a definição da nação em termos de seus inimigos. Como muitos outros "povos" liberados, a "Alemanha" definia-se mais facilmente por aquilo a que se opunha do que de outras formas.

Talvez isso explique a lacuna mais óbvia nas "tradições inventadas" do Império Alemão: não ter conseguido conciliar os social-democratas. É verdade que Guilherme II a princípio gostava de apresentar-se como "imperador social", rompendo nitidamente com a política pessoal de Bismarck, que colocou o partido no ostracismo. Ainda assim, comprovou-se que a tentativa de apresentar o movimento socialista como antinacional ("vaterlandslose Gesellen") era forte demais para ser vencida, e os socialistas foram excluídos do serviço público de modo ainda mais sistemático (proibidos inclusive, por uma lei especial, de ocupar cargos universitários), do que haviam sido, por exemplo, no Império dos Habsburgos. Não há dúvida de que as duas dores de cabeça políticas do Império haviam sido consideravelmente atenuadas. A glória e o poder militar, assim como a retórica da grandiosidade alemã desarmaram os "grande-alemães", ou pan-alemães, agora cada vez mais afastados de suas origens liberais ou até democráticas. Agora, se quisessem atingir seus objetivos, teria de ser através do Império, ou então não poderiam fazer nada. Os católicos, como ficou

claro quando Bismarck abandonou sua campanha contra eles, não causaram sérios problemas. No entanto, apenas os social-democratas, que avançavam aparentemente de forma inevitável rumo ao *status* de maioria no Império, constituíam uma força política que, de acordo com o que ocorreu noutros países na época, teria levado o governo alemão a uma atitude bem mais flexível.

Mesmo assim, numa nação que para sua autodefinição dependia tanto de seus *inimigos*, externos e internos, isso não foi de todo inesperado;<sup>29</sup> mais ainda porque, a elite militar, por definição anti-democrática constituía um instrumento tão poderoso para elevar a classe média ao *status* de classe dominante. Ainda assim, a escolha dos social-democratas e, menos formalmente, dos judeus como inimigos internos tinha uma vantagem a mais, embora o nacionalismo do Império fosse incapaz de explorá-la a fundo. Oferecia um apelo demagógico tanto contra o liberalismo capitalista quanto contra o socialismo proletário, apelo esse capaz de mobilizar as grandes massas da classe média baixa, artesãos e camponeses que se sentiam ameaçados por ambos, sob a bandeira "da nação".

Paradoxalmente, a mais democrática e, tanto sob o aspecto territorial quanto constitucional, uma das mais claramente definidas nações enfrentou um problema de identidade nacional sob certos aspectos semelhante ao da Alemanha Imperial. O problema político básico dos Estados Unidos da América, após o término da secessão, era assimilar uma massa heterogênea - até o fim de nosso período, um influxo quase impraticável - de pessoas que eram americanas não por nascimento, mas por imigração. Os americanos tinham de ser construídos. As tradições inventadas dos Estados Unidos neste período eram antes de mais nada destinadas a atingir este objetivo. Por um lado, os imigrantes foram incentivados a aceitar rituais que comemoravam a história da nação - a Revolução e seus fundadores (4 de julho) e a tradição protestante anglo-saxônica (Dia de Ação de Graças) - como eles de fato aceitaram, uma vez que agora estes dias eram feriados e ocasiões de festejos públicos e particulares.<sup>30</sup> (Em compensação, a "nação" absorveu os rituais coletivos dos imigrantes - Dia de São Patrício, mais tarde Dia do Descobrimento da América - e inseriu-os no contexto da vida americana, principalmente através do poderoso me-

29. H. - U. WeMer, *Das deutsche Kaiserreich 1871-1918* (Göttingen, 1973), pp. 107-10.

30. A história destas festas ainda não foi escrita, mas parece óbvio que elas se tornaram muito mais institucionalizadas numa escala nacional no último terço do século XIX. C. W. Douglas, *American Books of Days* (Nova Iorque, 1937); Elizabeth Hough Sechrist, *Red Letter Days: A Book of Holiday Customs* (Philadelphia, 1940).

canismo de assimilação da política municipal e estadual.) Por outro lado, o sistema educacional foi transformado num aparelho de socialização política através da veneração da bandeira americana que, da década de 1880 em diante, tornou-se um ritual diário nas escolas rurais.<sup>31</sup> O conceito do americanismo como *opção* - a decisão de aprender inglês, de candidatar-se à cidadania - e uma opção quanto a crenças, atos e modalidades de comportamento específicas trazia implícita a ideia correspondente de "antiamericanismo". Nos países que definiam a nacionalidade sob o ponto de vista existencial, podia haver ingleses ou franceses antipatrióticos, mas seu *status* de cidadãos ingleses ou Franceses não podia ser posto em dúvida, a menos que eles também pudessem ser definidos como forasteiros (*metèques*). Nos Estados Unidos, porém, assim como na Alemanha, quem fosse "antiamericano" ou "vaterlandslose" teria seu *status* efetivo como membro da nação posto em dúvida.

Como se poderia esperar, a classe operária era o conjunto maior e mais visível destes membros duvidosos da comunidade nacional; mais ainda porque nos Estados Unidos eles podiam realmente ser classificados de imigrantes. A esmagadora maioria dos novos imigrantes eram operários; por outro lado, desde pelo menos a década de 1860, a maioria dos trabalhadores em praticamente todas as grandes cidades do país parecia ser estrangeira. Quanto ao conceito de "anti-americanismo", cujas origens parecem datar pelo menos da década de 1870,<sup>32</sup> não parece claro se foi uma reação dos nativos contra os forasteiros, ou das classes médias protestantes anglo-saxônicas contra os trabalhadores estrangeiros. Em todo caso, ele produziu um inimigo interno contra o qual os bons americanos poderiam afirmar seu americanismo, assim como o faziam pela execução escrupulosa de todos os rituais formais e informais, a afirmação de todas as ideias convencionais e institucionalmente estabelecidas como características dos bons americanos.

Podemos analisar mais brevemente a invenção das tradições do estado em outros países da época. As monarquias, por motivos óbvios, tenderam a relacioná-las à coroa, e durante este período iniciaram-se os agora conhecidos exercícios de relações públicas centrados nos rituais reais ou imperiais, bastante facilitados pela feliz descoberta - ou talvez fosse melhor dizer invenção - do jubileu ou do aniversário

31. R. Firth, *Symbols, Public and Private* (Londres, 1973), pp. 358-9; W. E. Davies, *Patriotism on Parade: Flic Story of Veterans and Hereditary Organisations in America 1783-1900* (Cambridge, Mass., 1955), pp. 218-22; Douglas, *op. cit.*, pp. 326-7.

32. Agradeço ao Prof. Herbert Gutman por esta observação.

cerimonial. Essa inovação e até comentada no *New English Dictionary*.<sup>33</sup> O valor publicitário dos aniversários e nitidamente demonstrado pelo fato de que eles frequentemente ofereceram oportunidade para a primeira emissão de estampas históricas ou semelhantes em selos postais, a forma mais universal de simbolismo público, além do dinheiro, como se vê no Quadro 1.

Quadro 1. <i>Primeira emissão de selos históricos antes de 1914</i> <sup>34</sup>			
País	Primeiro selo	Primeiro selo histórico	Jubileu ou ocasião especial
Alemanha	1872	1899	Inauguração de monumento
Áustria-Hungria	1850	1908	60 anos de Francisco José
Bélgica	1849	1914	Guerra (Cruz Vermelha)
Bulgária	1879	1901	Aniversário da revolta
Espanha	1850	1905	Tricentenário de <i>Don Quixote</i>
Grécia	1861	1896	Jogos olímpicos
Itália	1862	1910-11	Aniversários
Países Baixos	1852	1906	Tricentenário de De Ruyter
Portugal	1852	1894	500º aniversário do Infante Dom Henrique
Romenia	1865	1906	40 anos de governo
Rússia	1858	1905-1913	Tricentenário da beneficência de guerra
Sérvia	1866	1904	Centenário da dinastia
Suíça	1850	1907	

É quase certo que o jubileu da Rainha Vitória, de 1887, repetido dez anos mais tarde devido a seu incrível sucesso, tenha inspirado co-

33. O "jubileu", exceto em seu sentido bíblico, era antes apenas o quinquagesimo aniversário de algum evento. Não há indícios anteriores ao século XIX de que os centenários, um ou vários, e muito menos os aniversários de menos de cinquenta anos fossem ocasião de comemoração pública. O *New English Dictionary* comenta no verbete "jubileu", "especialmente frequentes nas duas últimas décadas do século XIX com referência aos dois 'jubileus' da Rainha Vitória em 1887 e 1897, o jubileu suíço do Sindicato dos Correios em 1900 e outras comemorações", v, p. 615.

34. Fonte: *Stamps of the World 1972: A Stanley Gibbons Catalogue* (Londres, 1972),

memorações reais ou imperiais subsequentes na Grã-Bretanha e em todos os outros países. Até as dinastias mais tradicionalistas - os Habsburgos em 1908, os Romanovs em 1913 - descobriram os méritos desta forma de propaganda. Era nova na medida em que se dirigia ao público, ao contrário dos cerimoniais criados para simbolizar a relação entre os monarcas e a divindade e sua posição no ápice de uma hierarquia de magnatas. Após a Revolução Francesa, todo monarca teve, mais cedo ou mais tarde, de aprender a mudar do equivalente nacional de "Rei da França" para "Rei dos franceses", ou seja, a estabelecer uma relação direta com a coletividade de seus súditos, por mais humildes que fossem. Embora também estivesse presente a opção estilística por uma "monarquia burguesa" (estreada por Luís Filipe), ela parece ter sido adotada apenas pelos reis de países humildes, que queriam manter uma aparência de modéstia - os Países Baixos, a Escandinávia - embora até alguns dos reis por direito divino - especialmente o Imperador Francisco José - pareçam ter representado o papel de funcionário esforçado, que vivia num conforto espartano.

Tecnicamente, não havia grande diferença entre o uso político da monarquia com o objetivo de fortalecer os governantes efetivos (como nos impérios Habsburgo, Romanov, mas também talvez indiano), e de constituir a função simbólica das cabeças coroadas nos Estados parlamentares. Ambos baseavam-se na exploração da pessoa real, com ou sem ancestrais dinásticos, em ocasiões rituais elaboradas a que se associavam atividades de propaganda e uma ampla participação do povo, também através do público cativo disponível para doutrinação oficial no sistema educacional. Ambos faziam do governante o foco da unidade de seus povos ou seu povo, o representante simbólico da glória e grandeza nacional, de todo o seu passado e continuidade num presente em transformação. Todavia, as inovações foram talvez mais deliberadas e sistemáticas onde, como na Grã-Bretanha, a restauração do ritualismo real era considerada uma compensação necessária para os riscos da democracia popular. Bagehot já havia reconhecido o valor da deferência política e das partes "nobres", ao contrário das "eficientes", da constituição na época da Segunda Lei Reformista. O velho Disraeli, ao contrário do jovem, aprendeu a ter "reverência pelo trono e seu ocupante" como "urn poderoso instrumento de poder e influência". Ao fim do reinado de Vitória, já se compreendia bem a natureza deste artifício. J. E. C. Bodley escreveu sobre a coroação de Eduardo VII:

O uso de um rito antigo por um povo apaixonado porém prático para assinalar as maravilhas modernas de seu império, o reconhecimento de uma coroa hereditária por uma democracia livre, como símbolo do domínio

universal de sua raça, não constituem mera representação, mas um acontecimento do maior interesse histórico."

A glória e a grandeza, a riqueza e o poder podiam ser simbolicamente compartilhados com os pobres da realeza e seus rituais. Quanto maior o poder, menos atraente era, pode-se imaginar, a opção burguesa pela monarquia. Podemos lembrar que na Europa a monarquia continuou sendo a forma universal de estado entre 1870 e 1914, exceto na França e na Suíça.

## II

As tradições políticas mais universais inventadas neste período foram obra dos Estados. Todavia, o surgimento de movimentos de massa que reivindicavam *status* independente ou até alternativo para os Estados acarretaram progressos semelhantes. Alguns destes movimentos, principalmente o catolicismo político e vários tipos de nacionalismo, estavam profundamente conscientes da importância do ritual, cerimonial e mito, incluindo, via de regra, um passado mitológico. A importância das tradições inventadas torna-se ainda mais notável quando elas surgem entre movimentos racionalistas que eram, pelo menos, relativamente avessos a elas, e que não tinham equipamento simbólico e ritual pré-fabricado. Portanto, a melhor maneira de estudar seu aparecimento está num desses casos - o dos movimentos socialistas operários.

O principal ritual internacional destes movimentos, o 1º de Maio (1890) desenvolveu-se espontaneamente dentro de um período surpreendentemente curto. No princípio, compunha-se de uma greve geral de um dia e uma manifestação reivindicando uma Jornada de trabalho de oito horas, marcadas numa data já associada durante alguns anos com esta exigência nos Estados Unidos. A escolha desta data foi certamente bastante pragmática na Europa. Provavelmente não tinha importância ritual nos Estados Unidos, onde o "Dia do Trabalho" já havia sido estabelecido no final do verão. Havia sido proposto, com certa razão, que essa data coincidissem com o "Dia da Mudança", a data em que tradicionalmente se encerravam os contratos de trabalho em Nova Iorque e Pennsylvania.<sup>36</sup> Embora este, como períodos contratuais semelhantes em certas partes da agricultura tradicional europeia, tivesse originalmente feito parte do ciclo anual simbolicamente

35. J. E. C. Bodley, *The Coronation of Edward VII: A Chapter of European and Imperial History* (Londres, 1903), pp. 153, 201.

36. Maurice Dommanget, *Histoire du Premier Mai* (Paris, 1953), pp. 36-7.

herdado do ano de trabalho pré-industrial, sua ligação com o proletariado industrial era claramente fortuita. A nova Internacional Operária e Socialista não considerou qualquer forma de manifestação em particular. A ideia de uma festa dos trabalhadores não só deixou de ser mencionada na resolução original daquela corporação (1889), como também foi rejeitada por razões ideológicas, por vários militantes revolucionários.

Mesmo assim, a escolha de uma data tão carregada de simbolismo pelas antigas tradições revelou-se importante, embora - como pensa Van Gennep - na França o anticlericalismo do movimento operário tenha oposto resistência a inclusão de práticas folclóricas tradicionais em seu 1º de Maio.<sup>37</sup> Desde o início, a ocasião atraiu e absorveu elementos simbólicos e rituais, principalmente a de celebração semi-religiosa e sobrenatural ("Maifeier"), um feriado e um dia santo ao mesmo tempo. (Engels, após referir-se a ele como uma "manifestação" usa o termo "Feier", a partir de 1893.<sup>38</sup> Adler reconheceu este elemento na Áustria a partir de 1892, Vandervelde na Bélgica desde 1893.) Andrea Costa explicou-o de forma sucinta em relação à Itália (1893): "Os católicos têm a Páscoa; de hoje em diante, os trabalhadores terão sua própria Páscoa"; há referências também a Whitsun, embora mais raras. Ainda existe um "sermão do 1º de Maio" curiosamente sincrético, de Charleroi (Bélgica), 1898, encimado por duas epígrafes: "Proletários de todas as terras, uni-vos" e "Amai-vos uns aos outros".<sup>40</sup>

As bandeiras vermelhas, únicos símbolos universais do movimento, fizeram-se presentes desde o início, assim como as flores, em vários países: o cravo vermelho na Áustria, a rosa vermelha (de papel) na Alemanha, a silva e a papoula na França, e a flor do pilriteiro, símbolo da renovação, cada vez mais difundida e, a partir de meados da década de 1890, substituída pelo lírio-do-vale, sem associações políticas. Pouco se sabe acerca desta linguagem das flores que, a julgar também pelos poemas do 1º de Maio da literatura socialista, associava-se espontaneamente a ocasião. Sem diivida, isso acentuava a tônica do 1º de Maio, tempo de renovação, crescimento, esperança e alegria (vide a menina com um ramo de pilriteiro em flor, associada, na memória po-

pular, ao tiroteio do 1º de Maio, em Fourmies, 1891).<sup>41</sup> Da mesma forma, o 1º de Maio desempenhou papel capital do desenvolvimento da nova iconografia socialista da década de 1890 em que, apesar da esperada ênfase na luta, o toque de esperança, confiança e a aproximação de um futuro melhor - muitas vezes expressas pelas metáforas do crescimento das plantas - prevaleceram.<sup>42</sup>

Acontece que o 1º de Maio começou numa época de extraordinário crescimento e enorme expansão dos movimentos operários e socialistas de numerosos países, e dificilmente poderia ter-se estabelecido num clima político menos promissor. O antigo simbolismo da primavera, a ele associado de maneira tão fortuita, foi perfeito para a ocasião, no início da década de 1890.

Assim, a data transformou-se rapidamente numa festividade e rito anual altamente carregado. A repetição anual foi adotada para atender a demanda das camadas. Com ela, o conteúdo político original do dia - a exigência de uma Jornada de trabalho de oito horas - fatalmente foi posto de lado, dando lugar a qualquer tipo *de slogans* que atraíssem os movimentos operários nacionais num dado ano, ou, com mais frequência, a uma afirmação não específica da presença da classe operária e, em muitos países latinos, a comemoração dos "Mártires de Chicago". O único elemento original mantido foi o internacionalismo da manifestação, de preferência simultâneo: no caso extremo da Rússia de 1917, os revolucionários chegaram a mudar seu próprio calendário, para poder comemorar o Dia do Trabalho na mesma data que o resto do mundo. E, de fato, o desfile público dos trabalhadores *como uma classe* constituía o núcleo do ritual. O 1º de Maio era, conforme alguns comentaristas, o *único* feriado, mesmo entre os aniversários radicais e revolucionários, a associar-se apenas à classe operária; embora - pelo menos na Grã-Bretanha - comunidades específicas de operários já mostrassem sinais de estarem criando apresentações coletivas gerais como parte de seu movimento. (A primeira festa dos mineiros de Durham foi em 1871.)<sup>43</sup> Como todos os cerimoniais do gênero, era, ou tornou-se, uma ocasião familiar basicamente bem-humorada. As manifestações políticas clássicas não eram necessariamente assim. (Esta característica ainda pode ser observada em "tradições inventadas"

37. A. Van Gennep, *Manuel de Folklore Francois I*, iv, *Les Cérémonies Périodiques Cycliques et Saisonnières*, 2: Cycle de Mai (Paris, 1949), p. 1.719.

38. Engels a Sorge, 17 de maio de 1893, in *Briefe und Auszüge aus Briefen an F. A. Sorge*. A. (Stuttgart, 1906), p. 397. Veja também, Victor Adler, *Aufsätze, Redem und Briefe* (Viena, 1922), i, p. 69.

39. Dommanget, *op. cit.*, p. 343.

40. E. Vandervelde e J. Destrée, *Le Socialisme en Belgique* (Paris, 1903), pp. 417-18.

41. Maxime Leroy, *La Coutume Ouvrière* (Paris, 1913), i, p. 246.

42. E. J. Hobsbawm, "Man and Woman in Socialist Iconography", *History Workshop*, vi, (outono 1978), pp. 121-38; A. Rossel, *Premier Mai. Quatre-Vingt-Dix ans de Lutte Populaires dans le Monde* (Paris, 1977).

43. Edward Welbourne, *The Miners' Unions of Northumberland and Durham* (Cambridge, 1923), p. 155; John Wilson, *A History of the Durham Miners' Association 1870-1904* (Durham, 1907), pp. 31, 34, 59; W. A. Moves, *The Banner Book* (Gateshead, 1974). Estas manifestações anuais parecem ter-se originado em Yorkshire, em 1866.

mais recentes, como as festas nacionais do jornal comunista italiano *Unità*.) Como todas elas, combinava a animação e entusiasmo público e particular com a afirmação de lealdade ao movimento, elemento básico da consciência da classe operária: a retórica - naquela época, quanto mais longo o discurso, melhor, uma vez que um bom discurso representava inspiração e divertimento - estandartes, emblemas, *slogans*, e daí por diante. De forma ainda mais decisiva, afirmou a presença da classe operária através da mais básica manifestação do poder proletário: a abstenção do trabalho. Pois, paradoxalmente, o sucesso do 1º de Maio tendia a ser proporcional a sua distância das atividades cotidianas concretas do movimento. Era maior onde a aspiração socialista prevalecia sobre o realismo político e a prudência sindical que, como na Grã-Bretanha e Alemanha,<sup>44</sup> recomendava que houvesse uma manifestação, todo primeiro domingo do mês, além do dia anual de greve em 1º de Maio. Victor Adler, percebendo a disposição dos trabalhadores austríacos, insistira na greve, ao contrário dos conselhos de Kautsky,<sup>45</sup> e assim o 1º de Maio austríaco adquiriu uma força e uma repercussão fora do comum. Portanto, como vimos, o 1º de Maio não foi formalmente inventado pelos líderes do movimento, mas aceito e institucionalizado por eles por iniciativa de seus seguidores.

A força da nova tradição foi nitidamente avaliada por seus inimigos. Hitler, com seu agudo senso de simbolismo, houve por bem não só adotar a cor vermelha da bandeira dos trabalhadores, mas também o 1º de Maio, convertendo-o num "dia oficial nacional do trabalho", em 1933, e mais tarde atenuando suas relações com o proletariado.<sup>46</sup> Pode-se acrescentar *en passant* que a data era agora um feriado geral trabalhista na Comunidade Econômica Européia.

O 1º de Maio e os rituais trabalhistas semelhantes situam-se entre as tradições "políticas" e "sociais", pertencendo ao grupo das primeiras através de sua associação com as organizações de massas e partidos que podiam - e de fato visavam - tornar-se regimes e estados; e ao grupo das segundas porque manifestavam de forma autêntica a consciência que os trabalhadores tinham de serem uma classe a parte, visto que esta consciência era inseparável das organizações correspondentes. Embora em muitos casos - tais como a Social-Democracia austríaca, ou os mineiros britânicos - a classe e a organização tornaram-se in-

44. Carl Schorske, *German Social Democracy, 1905-17: The Development of the Great Schism* (Nova Iorque, ed. 1965), pp. 91-7.

45. M. Ermers, *Victor Adler: Aufstieg u. Grösse einer sozialistischen Partei* (Viena e Leipzig, 1932), p. 195.

46. Helmut Hartwig, "Plaketten zum 1. Mai 1934-39", *Aesthetik und [Communication]*, vii, n. 26 (1976), pp. 56-9.

separáveis, isso não quer dizer que as duas coisas fossem idênticas entre si. "O movimento" desenvolveu suas próprias tradições, compartilhadas por líderes e militantes, mas não necessariamente por eleitores e adeptos, e, por outro lado, a classe poderia desenvolver "tradições inventadas" próprias, independentes dos movimentos organizados, ou até mesmo suspeitos aos olhos dos ativistas. Vale a pena examinar brevemente duas dessas tradições, ambas óbvios produtos de nossa era. A primeira é o surgimento - especialmente na Grã-Bretanha, mas talvez também em outros países - de roupas como expressão de classe. A segunda relaciona-se aos esportes de massa.

Não é por acaso que a história em quadrinhos que satiriza levemente a cultura operária masculina tradicional da velha área industrial da Grã-Bretanha (principalmente o Nordeste) tem como título e símbolo o boné, que era praticamente o distintivo da classe proletária quando não estava trabalhando: Andy Capp ("Zé do Boné"). Existia também na França uma equivalência semelhante entre classe e boné, até certo ponto,<sup>47</sup> assim como em algumas partes da Alemanha. Na Grã-Bretanha, ao menos, segundo indícios iconográficos, os proletários não eram universalmente relacionados ao boné antes da década de 1890, mas no fim do período eduardino - como provam fotos de multidões saindo de jogos de futebol ou de assembleias - tal identificação era quase completa. A ascensão do boné proletário ainda está a espera de um cronista. Ele ou ela, supostamente, descobrirá que sua história tem relação com a do desenvolvimento dos esportes de massa, uma vez que este tipo específico de chapéu surge a princípio como acessório esportivo entre as classes alta e média. Sejam quais forem suas origens, ele tornou-se obviamente característico da classe operária, não só porque membros de outras classes, ou aqueles que aspiravam a esse *status*, não quisessem ser confundidos com operários, mas também porque os trabalhadores braçais não estavam interessados em escolher (a não ser, sem dúvida, para ocasiões de grande formalidade) qualquer outra forma de cobrir a cabeça, dentre as muitas existentes. A manifestação de Keir Hardie, que entrou no Parlamento de boné (1892) indica que era reconhecido o elemento de afirmação de classe.<sup>48</sup> É razoável supor que as massas sabiam disso. De alguma forma não muito clara, os proletários adquiriram o hábito de usar o boné bem rápido, nas últimas

47. "L'ouvrier même ne porte pas ici la casquette et la blouse" (aqui os operários mesmo não usam a blusa e o boné) comentou desdenhoso Jules Valles em Londres, em 1872 - ao contrário dos parisienses, que tinham consciência de classe. Paul Martinez, *The French Communist Refugees in Britain, 1871-1880* (Univ. de Sussex, tese de doutorado, 1981), p. 341.

48. O bone tipo caçador de veado usado pelo próprio Hardie representa uma transição para aquele do tipo "Ze do Bone", que afinal se universalizou.

décadas do século XIX e na primeira década do século XX, como parte da síndrome característica da "cultura operária" que se delineava então.

A história equivalente do vestuário do proletariado em outros países ainda não foi escrita. Aqui podemos apenas observar que suas implicações políticas eram perfeitamente compreendidas, senão antes de 1914, certamente entre as guerras, conforme testemunha a seguinte lembrança do primeiro desfile Nacional-Socialista (oficial) do 1º de Maio, em Berlim, 1933:

Os trabalhadores... vestiam ternos batidos mas limpos, e usavam aqueles bonés de marinheiro que na época eram um sinal geral externo distintivo de sua classe. Os bonés estavam enfeitados com uma tira discreta, quase sempre de verniz preto, mas frequentemente substituída por uma tira de couro com fivelas. Os social-democratas e os comunistas usavam este tipo de tira nos bonés, os nacional-socialistas usavam outro, dividido no meio. Esta pequena diferença repentinamente saltou aos olhos. O simples fato de que mais trabalhadores do que nunca usavam a tira dividida nos bonés trazia a notícia fatal de que uma batalha estava perdida.<sup>49</sup>

A associação política entre operário e boné na França entre as guerras (*la salopette*) também é fato comprovado, mas falta pesquisa sobre sua história antes de 1914.

A adoção dos esportes, principalmente o futebol, como culto proletário de massa é igualmente confusa, porém sem dúvida igualmente rápida.<sup>50</sup> Neste caso, é mais fácil estabelecer uma cronologia. Entre meados da década de 1870, no mínimo, e meados ou fins da década de 1880, o futebol adquiriu todas as características institucionais e rituais com as quais estamos familiarizados: o profissionalismo, a Confederação, a Taça, que leva anualmente em peregrinação os fiéis à capital para fazerem manifestações proletárias triunfantes, o público nos estádios todos os sábados para a partida do costume, os "torcedores" e sua cultura, a rivalidade ritual, normalmente entre facções de uma cidade ou conurbação industrial (Manchester City e United, Notts County e Forest, Liverpool e Everton). Além disso, ao contrário de outros esportes com bases proletárias locais ou regionais - tais como o *rugby union*, no Sul de Gales,<sup>51</sup> o críquete, em certas áreas do norte da Inglaterra - o futebol funcionava numa escala local e nacional ao mesmo tempo, de forma que o tópico das partidas do dia forneceria uma

base comum para conversa entre praticamente qualquer par de operários do sexo masculino na Inglaterra ou Escócia, e alguns jogadores artilheiros representavam um ponto de referência comum a todos

A natureza da cultura do futebol neste período - antes de haver penetrado muito nas culturas urbanas e industriais de outros países<sup>52</sup> ainda não foi bem compreendida. Sua estrutura socioeconômica, porém, é mais compreensível. A princípio desenvolvido como um esporte amador e modelador do caráter pelas classes médias da escola secundária particular, foi rapidamente (1885) proletarizado e portanto profissionalizado; o momento decisivo simbólico - reconhecido como um confronto de classes - foi a derrota dos Old Etonians pelo Bolton Olympic na final do campeonato de 1883. Com a profissionalização, a maior parte das figuras filantrópicas e moralizadoras da elite nacional afastou-se, deixando a administração dos clubes nas mãos de negociantes e outros dignitários locais, que sustentaram uma curiosa caricatura das relações entre classes do capitalismo industrial, como empregadores de uma força de trabalho predominantemente operária, atraída para a indústria pelos altos salários, pela oportunidade de ganhos extras antes da aposentadoria (partidas beneficentes), mas, acima de tudo, pela oportunidade de adquirir prestígio. A estrutura do profissionalismo do futebol britânico era bastante diferente da do profissionalismo nos esportes em que participavam a aristocracia e a classe média (críquete) ou que estas controlavam (corridas), ou da estrutura da indústria dos espetáculos populares, e da de outros meios pelos quais a classe operária fugia de sua sina, que também forneceram o modelo para alguns esportes dos pobres (luta livre).<sup>53</sup>

É altamente provável que os jogadores de futebol tendessem a ser recrutados entre os operários habilidosos,<sup>54</sup> ao que parece ao contrário do boxe, esporte que buscava seus praticantes em ambientes onde a capacidade de dominar o próprio corpo era útil para a sobrevivência, como nas grandes favelas urbanas, ou fazia parte de uma cultura ocupacional de masculinidade, como nas minas. Embora o caráter urbano e proletário das multidões aficionadas do futebol seja patente,<sup>55</sup> não se

49. Stephan Hermlin, *Abendlicht* (Leipzig, 1979), p. 92.

50. Tony Mason, *Association Football and English Society, 1863-1915* (Brighton, 1980).

51. Cf. David B. Smith e Gareth W. Williams, *Field of Praise: Official History of the Welsh Rugby Union, 1881-1981* (Cardiff, 1981).

52. Ele foi muitas vezes introduzido no estrangeiro por expatriados britânicos e por times de fábricas locais de administração britânica mas, embora tenha nitidamente sido, até certo ponto, naturalizado em 1914 em algumas capitais e distritos industriais do continente, mal havia se tornado um esporte de massas.

53. W. F. Mandle, "The Professional Cricketer in England in the Nineteenth Century", *Labour History* (Periodico da Sociedade Australiana para o Estudo da História do Operariado), xxiii (nov. 1972), pp. 1-16; Wray Vampley, *The Turf: A Social and Economic History of Horse Racing* (Londres, 1976).

54. Mason, *op. cit.*, pp. 90-3.

55. Mason, *op. cit.*, pp. 153-6.

conhece exatamente sua composição precisa por idade ou origem social; nem a evolução da "cultura do torcedor" e suas práticas; nem até que ponto o típico fã de futebol (ao contrário do típico adepto das corridas) era ou tinha sido um jogador amador ativo. Por outro lado, sabe-se que, embora, como indicam as últimas palavras apócrifas de um militante operário, para muitos membros do proletariado a devoção a Jesus Cristo, Keir Hardie e ao *Huddersfield United* era indivisível, o movimento organizado mostrou uma falta geral de interesse por isso, assim como por vários outros aspectos não políticos da consciência de classe operária. Aliás, ao contrário da social-democracia centro-europeia, o movimento operário britânico não desenvolveu suas próprias organizações esportivas, com a possível exceção de clubes de ciclismo na década de 1890, em que eram óbvios os vínculos com o pensamento progressista.<sup>56</sup>

É muito pouco o que sabemos sobre o esporte de massas na Grã-Bretanha, mas sabemos ainda menos sobre o continente. Ao que parece, o esporte, importado da Grã-Bretanha, permaneceu monopolizado pela classe média por muito mais tempo que em seu país de origem, mas sob outros aspectos a atração que o futebol exercia sobre a classe operária, a substituição do futebol da classe média (amador) pelo plebeu (profissional) e a ascensão da identificação das massas urbanas com os clubes, desenvolveram-se de modos semelhantes.<sup>57</sup> A principal exceção, a parte as competições mais parecidas com espetáculos teatrais do que atividades desportivas, tais como a luta romana (supostamente devida ao movimento dos ginastas alemães, mas com forte adesão popular), era o ciclismo. No continente, este era, provavelmente, o único esporte de massas moderno - conforme atesta a construção de "velódromos" nas grandes cidades - quatro só em Berlim antes de 1913 - e a instituição do Tour de France em 1903. Tudo indica que pelo menos na Alemanha os maiores ciclistas profissionais eram operários.<sup>58</sup> Os

56. Isso faz lembrar os Clubes de Ciclismo Clarion, mas também a fundação do Clube Ciclístico Oadby, por um caçador clandestino, ativista operário e membro da junta paroquial, radical e local. A natureza deste esporte - na Grã-Bretanha tipicamente praticado por amadores jovens - era bastante diversa da do esporte proletário de massa. David Prynne, "The Clarion Clubs, Rambling and Holiday Associations in Britain since the 1890s", *Journal of Contemporary History*, xi, n. 2 e 3 (Jul. 1976), pp. 65-77; anon., "The Clarion Fellowship", *Marx Memorial Library Quarterly Bulletin*, lxxvii (jan-mar 1976), pp. 6-9; James Hawker, *A Victorian Poacher*, org. por G. Christian (Londres, 1961), pp. 25-6.

57. Do clube do Ruhr, Schalke 04, eram mineiros, operários ou artesãos 35 entre 44 membros identificáveis em 1904-13, 73 entre 88 no período de 1914-24, e 91 entre 122 de 1924-34. Siegfried Gerhmann, "Fussball in einer Industrieregion"; J. Reulecke W. Weber (org.), *Familie, Fabrik, Feierabend* (Wuppertal, 1978), pp. 377-98.

58. Annemarie Lange, *Das Wilhelminische Berlin* (Berlim Oriental, 1967), cap. 13, princ. pp. 561-2.

campeonatos profissionais começaram na França em 1881, na Suíça e Itália a partir de 1892 e na Bélgica a partir de 1894. Sem dúvida, o forte interesse comercial dos fabricantes e outros interesses publicitários aceleraram a popularidade desse esporte.<sup>59</sup>

### III

Estabelecer a presença de classe de uma elite nacional da classe média e a caracterização de uma classe média muito maior era um problema muito mais difícil, mas um tanto urgente numa época em que as profissões reivindicavam *status* de classe média, ou o número daqueles que aspiravam a elas aumentava com relativa rapidez nos países em fase de industrialização. O critério para pertencer a estas classes não podia ser tão simples quanto o nascimento, a propriedade, o trabalho braçal ou o recebimento de salários, e embora sem dúvida fosse uma condição necessária ter um mínimo socialmente reconhecido de bens imóveis e renda, isso ainda não era o bastante. Além do mais, normalmente tal classe incluía pessoas (ou antes, famílias) com uma ampla esfera de fortuna e influência, cada camada inclinada a desprezar seus inferiores. A fluidez das fronteiras tornava difícil distinguir com clareza os critérios de distinção social. Uma vez que as classes médias eram por excelência o lugar onde se dava a mobilidade social e o aperfeiçoamento individual, dificilmente se poderia impedir a admissão a elas. Era um problema que abrangia dois aspectos. Em primeiro lugar, como definir e separar a elite nacional autêntica de uma classe média alta (*haute bourgeoisie*, *Grossbürgertum*), uma vez que os critérios relativamente fixos pelos quais se podia determinar a qualidade subjetiva de membro da classe nas comunidades locais estáveis haviam sido desgastados, e a descendência, parentesco, os casamentos, as redes locais de negócios, a sociabilidade particular e a política já não representavam critérios seguros. O segundo aspecto era como estabelecer uma identidade e uma presença para a massa relativamente ampla daqueles que não pertenciam a esta elite, nem às "massas" - nem mesmo àquela categoria nitidamente inferior da pequena burguesia das "classes médias baixas", que pelo menos um observador britânico classificou ao lado dos trabalhadores braçais, colocando-as no mundo "das escolas primárias municipais". Poderia esta identidade ou presença ser definida ou definir-se de outra forma além de "consiste basicamente de famílias num processo de ascensão social", como sustentava um observador francês do contexto britânico, ou como o que restou depois que as massas mais facilmente reconhecíveis e os "dez mais" fo-

59. Dino Spatazza Moncada, *Storia del Ciclismo dai Primi Passi ad Oggi* (Parma, s.d.).

60. W. R. Lawson, *John Bull and his Schools: A Book for Parents, Ratepayers and Men of Business* (Edimburgo e Londres, 1908), p. 39.

ram subtraídos da população, como comentou um observador inglês?" Para complicar a questão, surgiu um terceiro problema: o aparecimento da mulher de classe média, cada vez mais emancipada no palco público por direito próprio. Enquanto o número de meninos nos *lycées* franceses entre 1897 e 1907 aumentou apenas discretamente, o número de meninas elevou-se em 170 por cento.

Para as classes médias altas ou "haute bourgeoisie", os critérios e instituições que antes serviam para separar uma classe aristocrática dominante forneceram obviamente um modelo: tinham simplesmente de ser ampliados e adaptados. O ideal era uma fusão das duas classes, na qual os novos componentes se tornassem irreconhecíveis, embora isso provavelmente não fosse possível nem mesmo na Grã-Bretanha, onde era totalmente admissível que uma família de banqueiros de Nottingham lograsse, através de várias gerações, unir-se à realeza por meio de casamentos. O que tornava possíveis as tentativas de assimilação (na medida em que fossem institucionalmente permitidas) era aquele elemento de estabilidade que, conforme um observador francês, distinguia as gerações da alta burguesia que já haviam chegado ao topo e se estabelecido como alpinistas de primeira geração.<sup>62</sup> A rápida aquisição de fortunas fabulosas poderia também capacitar os plutocratas de primeira geração a pagarem para entrar num contexto aristocrático que nos países burgueses baseava-se não só no título e na descendência como também em dinheiro suficiente para levar-se um estilo de vida adequadamente dissoluto.<sup>63</sup> Na Grã-Bretanha eduardiana, os plutocratas aproveitavam avidamente essas oportunidades.<sup>64</sup> Contudo, a assimilação individual só se aplicava a uma reduzida minoria.

O critério aristocrático básico de descendência poderia, entretanto, ser adaptado para definir uma nova e ampla elite da alta classe média. Assim, surgiu uma verdadeira paixão pela genealogia nos Estados Unidos na década de 1890. Foi antes de mais nada um interesse feminino: as "Filhas da Revolução Americana" (1890) subsistiram e floresceram, enquanto os "Filhos da Revolução Americana", organização um pouco mais antiga, extinguiu-se. Embora o objetivo manifesto fosse distinguir os americanos nativos, brancos, protestantes, da massa de novos imigrantes, seu objetivo real era estabelecer uma camada alta

61. Paul Descamps, *L'Éducation dans les Écoles Anglaises*, Biblioteca da Ciência Social (Paris. Jan. 1911), p. 25; Lawson, *op. cit.*, p. 24.

62. Descamps, *op. cit.*, pp. 11, 67.

63. *Ibid.*, p. 11.

64. Jamie Camplin, *The Rise of the Plutocrats: Wealth and Power in Edwardian England* (Londres, 1978).

exclusiva entre a classe média branca. A F.R.A. não tinha mais de 30.000 membros em 1900, principalmente nas fortalezas do dinheiro "velho" - Connecticut, Nova Iorque, Pensilvânia - embora também entre os prósperos milionários de Chicago." Organizações como esta diferiam das tentativas muito mais restritas de estabelecer um grupo de famílias como elite semi-aristocrática (através da inclusão num *Registro Social*, ou coisa parecida), visto que estabeleciam ligações de âmbito nacional. Certamente, era mais provável que a F.R.A., menos exclusiva, descobrisse membros apropriados em cidades como Omaha do que um *Registro Social* muito elitista. A história da pesquisa da classe média sobre sua genealogia ainda esta para ser escrita, mas a concentração americana sistemática nesta busca era provavelmente, nesta época, relativamente excepcional.

Muito mais importante era a educação escolar, suplementada, em certos aspectos, pelos esportes amadores, intimamente ligados a ela nos países anglo-saxônicos. A escolarização fornecia não só um meio conveniente de comparação entre indivíduos e famílias sem relações pessoais iniciais e, numa escala nacional, uma forma de estabelecer padrões comuns de comportamento e valores, mas também um conjunto de redes interligadas entre os produtos de instituições comparáveis e, indiretamente, através da institucionalização do "aluno antigo", "ex-aluno" ou "Alte Herren", uma forte teia de estabilidade e continuidade entre as gerações. Além disso, permitia, dentro de certos limites, a possibilidade de expansão para uma elite da classe média alta, socializada de alguma maneira devidamente aceitável. Aliás, a educação no século XIX tornou-se o mais conveniente e universal critério para determinar a estratificação social, embora não se possa definir com precisão quando isto aconteceu. A simples educação primária fatalmente classificava uma pessoa como membro das classes inferiores. O critério mínimo para que alguém pudesse ter *status* de classe média reconhecido era educação secundária a partir de, aproximadamente, 14 a 16 anos. A educação superior, exceto por certas formas de instrução estritamente vocacional, era sem dúvida um passaporte para a alta classe média e outras elites. Segue-se, a propósito, que a tradicional prática burguesa-empresarial de iniciar os filhos no serviço da empresa em meados da adolescência, ou de abster-se da educação universitária, começou a perder terreno. Foi certamente o que ocorreu na Alemanha, onde, em 1867, 13 de 14 cidades industriais da Renânia recusaram-se a contribuir para a comemoração do quinquagésimo aniversário da Universidade de Bonn, alegando que nem os industriais, nem

65. Davies. *Patriotism on Parade*, pp. 47, 77.



seus filhos a frequentavam.<sup>66</sup> La pela década de 1890, a percentagem de estudantes de Bonn oriundos de famílias da *Besitzbürgertum* tinha aumentado de cerca de vinte e três para pouco menos de quarenta, enquanto aqueles oriundos da burguesia profissional tradicional (*Bildungsbürgertum*) haviam baixado de 42 para 31%.<sup>67</sup> Foi provavelmente o que ocorreu na Grã-Bretanha, embora observadores franceses da década de 1890 ainda registrassem, surpresos, que os ingleses raramente saíam da escola depois dos 16 anos.<sup>68</sup> Decerto, este não era mais o caso da "alta classe média", apesar de não terem sido feitas muitas pesquisas sistemáticas sobre o assunto.

A educação secundária fornecia um critério amplo de ingresso na classe média, porém amplo demais para definir ou selecionar as elites em rápida evolução, e que, embora numericamente bem pequenas, e sendo chamadas de classe dominante ou "establishment", eram quem dirigia as questões nacionais dos países. Mesmo na Grã-Bretanha, onde não existia sistema secundário nacional antes do século XX, foi preciso formar uma subclasse especial de "escolas secundárias particulares" dentro da educação secundária. Foram definidas oficialmente pela primeira vez na década de 1860, e cresceram tanto pela ampliação das nove escolas então reconhecidas (de 2.741 meninos em 1860 para 4.553 em 1906) e também pelo acréscimo de mais escolas consideradas de elite. Antes de 1868, no máximo duas dúzias de escolas eram sérias candidatas a tal *status*, mas em 1902, de acordo com os cálculos de Honey, já havia uma "lista curta" mínima de até 64 escolas e uma "lista longa" máxima de até 104 escolas, com uma margem de aproximadamente 60 em posição mais duvidosa.<sup>69</sup> As universidades expandiram-se neste período pelo aumento de matrículas, ao invés de por novas fundações, mas este crescimento foi expressivo o suficiente para produzir serias preocupações com a superprodução de graduados, pelo menos na Alemanha. Entre meados da década de 1870 e da de 1880, o número de estudantes chegou quase a dobrar na Alemanha,

66. Citado in J. Hobsbawm, *The Age of Capital* (Publ. no Brasil com o título *A Era do Capital*) (Londres, 1977), p. 59; F. Zunkel, "Industriebürgertum in Westdeutschland", in H.U. Wehler (org.), *Moderne Deutsche Sozialgeschichte* (Colônia e Berlim, 1966), p. 323.

67. K. H. Jarausch, "The Social Transformation of the University: The Case of Prussia 1865-1915", *Journal of Social History*, xii, n. 4 (1979), p. 625.

68. Max Leclerc, *L'Éducation des Classes Moyennes et Dirigentes en Angleterre* (Paris, 1894), pp. 133, 144; P. Bureau, "Mon Sejour dans une Petite Ville d'Angleterre", *La Science Sociale (suivant la Methode de F. Le Play)*, 5<sup>o</sup> ano, ix (1890), p. 70. Cf. também Patrick Joyce, *Work, Society and Politics: The Culture of the Factory in Later Victorian England* (Brighton, 1980), pp. 29-34.

69. J. R. de S. Honey, *Tom Brown's Universe: The Development of the Victorian Public School* (Londres, 1977), p. 273.

Áustria, França e Noruega, e passou do dobro na Bélgica e Dinamarca.<sup>70</sup> A expansão nos Estados Unidos foi ainda mais espetacular. Em 1913 já havia 38,6 estudantes por cada 10.000 habitantes do país, comparado ao número continental normal de 9-11,5 (e menos de 8 na Grã-Bretanha e Itália).<sup>71</sup> Era preciso definir a elite efetiva no seio do conjunto cada vez maior daqueles que possuíam o passaporte educacional exigido.

Num sentido lato, esta elite foi agredida pela institucionalização. O *Public Schools Yearbook*, publicado a partir de 1889, estabelecia que as escolas que faziam parte da chamada Conferência dos Diretores constituíam uma comunidade nacional ou até internacional reconhecível, senão de iguais, pelo menos de comparáveis; e a obra de Baird, *American College Fraternities*, com sete edições entre 1879 e 1914, fez o mesmo com os "Grêmios das Letras Gregas", associações cujos membros constituíam a elite entre a massa de estudantes universitários americanos. Ainda assim, a tendência dos aspirantes a imitar as instituições dos bem-sucedidos fez com que se tornasse necessário tracar um limite entre as "classes médias altas" autênticas, ou elites, e os iguais menos iguais do que o restante.<sup>72</sup> A razão disso não era apenas o esnobismo. Uma elite nacional em desenvolvimento também exigia a construção de redes de interação realmente eficazes.

E aí, pode-se dizer, que está a importância da instituição dos "alunos antigos", "ex-alunos" ou "Alte-Herren", que ora evoluía, e sem a qual não poderiam existir como tais as "redes de alunos antigos". Na Grã-Bretanha surgiram "jantares de antigos", ao que parece na década de 1870, "associações de antigos" apareceram mais ou menos na mesma época - multiplicaram-se especialmente na década de 1890, logo seguidos da invenção de uma "gravata da ex-escola" adequada.<sup>73</sup> Aliás, só no fim do século e que parece ter-se tornado comum que os pais enviassem os filhos à sua ex-escola: apenas 5% dos alunos de Arnold matricularam seus filhos em Rugby.<sup>74</sup> Nos Estados Unidos, a

70. J. Conrad, "Die Frequenzverhältnisse der Universitäten der hauptsächlichsten Kulturländer auf dem Europäischen Kontinent", *Jahrbücherf. N. ÖK u. Statistik*, 3<sup>a</sup> série, i (1891), pp. 376-94.

71. Joseph Ben-David, "Professions in the Class System of Present-Day Societies", *Current Sociology*, xii, n. 3 (1963-4), pp. 63-4.

72. "Em consequência do esnobismo generalizado dos ingleses, principalmente dos que ascendiam na escala social, a educação das classes médias tende a seguir o modelo da educação da classe média alta, embora com menor dispêndio de tempo e dinheiro." Descamps, *L'Éducation dans les Écoles Anglaises*, p. 67. O fenômeno estava longe de ser puramente britânico.

73. *The Book of Public School, Old Boys, University, Navy, Army, Air Force and Club Ties*, intr. por James Laver (Londres, 1968), p. 31; veja também Honey, *op. cit.*

74. Honey, *op. cit.*, p. 153.

criação de "associações de ex-alunos" começou também na década de 1870, "formando círculos de homens cultos que de outra maneira não se conheceriam",<sup>75</sup> e assim um pouco mais tarde, construíram-se elaboradas sedes de grêmios nas faculdades, financiadas pelos ex-alunos, que dessa forma demonstravam não só sua fortuna e seus vínculos entre gerações, mas também - como em processos semelhantes nos "Korps" estudantis da Alemanha<sup>76</sup> - sua influência sobre a geração mais jovem. Assim, o grêmio Beta Teta Pi em 1889 tinha 16 associados de ex-alunos, mas em 1913 já havia 110; apenas uma sede em 1889 (embora outras sedes já estivessem em construção), mas 47 em 1913. O Fi Delta Teta ganhou a primeira associação de ex-alunos em 1876, mas já em 1913 o número havia aumentado para cerca de uma centena.

Nos Estados Unidos e na Alemanha o papel destas redes entre gerações era desempenhado conscientemente, talvez porque em ambos os países ficasse muito nítida sua função primeira de fornecer homens para o serviço público. Os "Alte Herren" ativos nos "Kosener Korps", as associações de elite deste tipo na década de 1870, incluíam 18 ministros, 835 funcionários públicos, 648 funcionários do judiciário, 127 funcionários municipais, 130 militares, 651 médicos (10% dos quais militares), 435 professores secundários e universitários e 331 advogados. Estes números ultrapassavam de longe os 257 "proprietários", os 241 banqueiros, diretores de empresas e comerciantes, os 76 profissionais técnicos e os 27 cientistas, além dos 37 "artistas e editores".<sup>77</sup> As primeiras agremiações universitárias norte-americanas também davam ênfase a estes ex-alunos (O Beta Teta Pi, em 1889, orgulhava-se de possuir nove senadores, 40 deputados, seis embaixadores e 50 governadores), mas, como se pode ver no Quadro 2, o desenvolvimento econômico e político colocou-os numa posição cada vez mais modesta, de forma que na década de 1900 passaram a dar maior destaque a seus capitalistas. A propósito, uma corporação como Delta Kapa Ípsilon, que em 1913 incluía um Cabot Lodge e um Theodore Roosevelt, assim como 18 eminentes banqueiros nova-iorquinos, entre os quais J. P. Morgan e um Whitney, nove poderosos empresários de Boston, três sustentáculos da Standard Oil e, até na distante Minneso-

75. W. Raimond Baird, *American College Fraternities: A Descriptive Analysis of the Society System of the Colleges of the US with a Detailed Account of each Fraternity*, 4. ed. (Nova Iorque, 1890), pp. 20-1.

76. Bernard Oudin, *Les Corporations Allemandes d'Étudiants* (Paris, 1962), p. 19; Dettlef Grieswelle, "Die Soziologie der Kösener Korps 1870-1914", in *Student und Hochschule im 19 Jahrhundert: Studien und Materialies* (Göttingen, 1975).

77. Grieswelle, *op. cit.*, p. 357.

Quadro 2. Ex-Alunos da Delta Kapa Ípsilon (Dartmouth) <sup>78</sup>		
	Década 1850	1890
Funcionários públicos e do judiciário	21	21
Médicos	3	17
Pastores	6	10
Professores	8	12
Empresários	8	27
Jornalistas e intelectuais	1	10
Outros	3	5
Total	50	102

ta, um James N. Hill e um Weyerhaeuser, deve ter sido uma incrível máfia dos negócios. Na Grã-Bretanha, pode-se dizer, as redes informais, criadas pela escola e pela faculdade, fortalecidas pela continuidade familiar, pela sociabilidade empresarial e pelos clubes, eram mais eficazes que as associações formais. Pode-se verificar até que ponto ia esta eficácia examinando-se os registros do posto de decifração de códigos em Bletchley e o Comando de Operações. Especiais na II Guerra Mundial.<sup>79</sup> As associações formais, a menos que estivessem deliberadamente restritas a uma elite - como os "Kösener Korps" alemães, que compreendiam 8% dos estudantes alemães em 1887, 5% em 1914<sup>80</sup> - podem ter servido em larga escala para fornecer critérios gerais de "reconhecimento" social. Pertencer a *qualquer* Grêmio das Letras Gregas - mesmo os profissionais, que se multiplicaram desde o fim da década de 1890<sup>81</sup> - e possuir *qualquer* gravata com listas diagonais, com alguma combinação de cores, já era suficiente.

Entretanto, o artifício informal básico para a estratificação de um sistema teoricamente aberto e em expansão era a escolha individual de parceiros sociais aceitáveis, o que era conseguido acima de tudo atra-

78. *Delta Kappa Epsilon Catalog* (1910).

79. R. Lewin, *Ultra Goes to War* (Londres, ed. 1980), pp. 55-6.

80. Grieswelle, *op. cit.*, pp. 349-53.

81. Baird faz uma relação de 41 grêmios em 1914 que não tinham sido mencionados em 1890. Vinte e oito deles surgiram após 1900, dez foram fundados antes de 1890, dos quais 28 eram formados exclusivamente por advogados, médicos, engenheiros, dentistas e outras especializações profissionais.

vés da velha adesão aristocrática ao esporte, transformado num sistema de disputas formais contra antagonistas considerados à altura em termos sociais. É importante notar que o melhor critério descoberto para a "comunidade da escola particular" e o estudo de quais escolas estavam prontas para jogarem umas contra as outras,<sup>82</sup> e que nos Estados Unidos as universidades de elite (a "Ivy League") definiam-se, pelo menos no nordeste dominante, pela seleção de faculdades que preferiam disputar campeonatos de futebol, naquele país um esporte basicamente universitário quanto à origem. Nem é por acaso que os torneios esportivos formais entre Oxford e Cambridge tenham evoluído apenas depois de 1870, e principalmente entre 1890 e 1914 (veja Quadro 3). Na Alemanha, este critério social foi especificamente reconhecido:

A característica típica da juventude universitária como grupo social especial (*Stand*), que a distingue do restante da sociedade, é a ideia de "Satisfaktionsfähigkeit" (aceitabilidade como desafiante nos duelos), ou seja, a reivindicação de um padrão de honra específico e socialmente definido (*Standesehre*)<sup>83</sup>

Em outros lugares, *de facto*, a segregação ocultava-se por trás de um sistema nominalmente aberto.

Voltamos então a uma das novas práticas sociais mais importantes do nosso tempo: o esporte. A história social dos esportes das classes altas e médias ainda está para ser escrita,<sup>84</sup> mas podem-se deduzir três coisas. Em primeiro lugar, que as últimas três décadas do século XIX assinalam uma transformação decisiva na difusão de velhos esportes, na invenção de novos e na institucionalização da maioria, em escala nacional e até internacional. Em segundo lugar, tal institucionalização constituiu uma vitrina de exposição para o esporte, que se pode comparar (sem muito rigor, naturalmente) à moda dos edifícios públicos e estátuas na política, e também um mecanismo para ampliar as atividades até então confinadas à aristocracia e a burguesia endinheirada capaz de assimilar o estilo de vida aristocrático, de modo a abranger uma fatia cada vez maior das "classes médias". O fato de que ela, no continente, restringiu-se a uma elite consideravelmente reduzida antes de 1914, não nos interessa aqui. Em terceiro lugar, a institu-

82. Honey, *op. cit.*, pp. 253 e seg.

83. Günter Botzert. *Sozialer Wandel der studentischen Korporationen* (Münster 1971), p. 123.

84. Para obter algumas informações pertinentes, veja Carl Diem, *Weltgeschichte des Spans und der leihserziehung* (Stuttgart, 1960); K.L. C. Wildt, *Daten zur Sportgeschichte. Teil 2. Europa von 1750 bis 1894* (Schorndorf bei Stuttgart, 1972).

Quadro 3. *Torneios regulares entre Oxford e Cambridge por data de criação*<sup>85</sup>

Data	Nº de disputas	Esporte
Antes de 1860	4	Críquete, remo, péla, tênis
1860-70	4	Atletismo, tiro, bilhar, corrida de obstáculos
1870-80	4	Golfe, futebol, <i>rugby</i> , pólo
1880-90	2	"Cross country", tênis
1890-1900	5	Luta livre, hóquei, patinação, natação, pólo aquático
1900-13	8	Ginástica, hóquei no gelo, <i>lacrosse</i> , corrida de motos, cabo-de-guerra, esgrima, corrida de automóveis, subida de morro em motocicleta (alguns destes mais tarde deixaram de ser disputados)

cionalização constituiu um mecanismo de reunião de pessoas de *status* social equivalente, embora sem vínculos orgânicos sociais ou econômicos, e talvez, acima de tudo, de atribuição de um novo papel as *mulheres* burguesas.

O esporte que se tornaria o mais característico das classes médias podera exemplificar os três elementos. O tênis foi inventado na Grã-Bretanha, em 1873, adquirindo seu clássico torneio nacional no mesmo país (Wimbledon) em 1877, quatro anos antes do campeonato americano e 14 antes do francês. Já em 1900 alcançara sua dimensão organizada internacional (Taça Davis). Como o golfe, outro esporte que apresentaria um atrativo fora do comum para as classes médias, não se baseava no esforço de uma equipe, e seus clubes - que administravam às vezes propriedades imensas, com altos custos de manutenção - não se uniam em "Confederações", funcionando como centros sociais potenciais ou reais: no caso do golfe, principalmente para os homens (por fim, na maior parte para empresários), no caso do tênis, para os jovens de classe média de ambos os sexos. Além do mais, e curioso que as disputas entre mulheres tenham surgido logo após a cria-

85. Calculado a partir de Companhia Real de Seguros, *Record of Sports*, 9. ed. (1914).

ção dos campeonatos para homens: as simples femininas passaram a integrar Wimbledon sete anos após a introdução das masculinas, e entraram nos campeonatos americano e francês sete anos após sua instituição.<sup>86</sup> Quase pela primeira vez, portanto, o esporte proporcionou as mulheres respeitáveis das classes altas e médias um papel público reconhecido de seres humanos individuais, a parte de sua função como esposas, filhas, mães, companheiras ou outros apêndices dos homens dentro e fora da família. O papel do esporte na análise da emancipação das mulheres requer maior atenção do que a recebida até agora, assim como a relação entre ele e as viagens e feriados da classe média.<sup>87</sup>

Quase não é preciso documentar o fato de que a institucionalização do esporte aconteceu nas últimas décadas do século. Mesmo na Grã-Bretanha, ela praticamente só se estabeleceu na década de 1870 — a taça da Associação de Futebol data de 1871, o campeonato de críquete entre os condados de 1873 - e daí em diante inventaram-se diversos novos esportes (tênis, tênis com peteca, hóquei, pólo aquático e daí por diante), ou de fato introduzidos em escala nacional (golfe), ou sistematizados (boxe). No restante da Europa o esporte em sua forma moderna era importado conscientemente, em termos de valores sociais e estilos de vida, da Grã-Bretanha, em grande parte por aqueles que eram influenciados pelo sistema educacional da classe alta inglesa, tais como o Barão de Coubertin, admirador do Dr. Arnold.<sup>88</sup> O importante é a velocidade com que eram feitas estas transferências, embora a institucionalização como tal tenha levado mais tempo para acontecer.

O esporte da classe média combinava, assim, dois elementos da invenção da tradição: o político e o social. Por um lado, representava uma tentativa consciente, embora nem sempre oficial, de formar uma elite dominante baseada no modelo britânico que suplementasse, competisse com os modelos continentais aristocrático-militares mais velhos, ou procurasse suplanta-los, e assim, dependendo da situação, se associasse a elementos conservadores e liberais nas classes médias e altas locais.<sup>89</sup> Por outro, representava uma tentativa mais espontânea de

86. *Encyclopaedia of Sports* (S. Brunswick e Nova Iorque, ed. 1969): Lawn Tennis (tênis).

87. Sobre um reconhecimento precoce do tênis clube como "parte da revolta dos filhos da classe média", veja T. H. S. Escott, *Social Transformations of the Victorian Age* (Londres, 1897), pp. 195-6, 444. Veja também R. C. K. Ensor, *England 1870-1914* (Oxford, 1936), pp. 165-6.

88. Pierra de Coubertin, *L'École en Angleterre* (Paris, 1888); Diem, *op. cit.*, pp. 1.130 e seg.

89. Marcel Spivak, "Le Développement de l'Education Physique et du Sport Français de 1852 à 1914", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, xxiv (1977), pp. 28-48; D. Lejeune, "Histoire Sociale et Alpinisme en France, XIX-XX s.", *ibid.*, xxv (1978), pp. 111-28.

traçar linhas de classe que isolassem as massas, principalmente pela ênfase sistemática no amadorismo como critério do esporte de classe média e alta (como por exemplo no tênis, no futebol da *Rugby Union*, ao contrário da associação de futebol e da confederação de *rugby*, e nos Jogos Olímpicos). Todavia, representava também uma tentativa de desenvolver ao mesmo tempo um novo e específico padrão burguês de lazer e um estilo de vida - bissexual e suburbano ou ex-urbano<sup>90</sup> - e um critério flexível e ampliável de admissão num grupo.

Tanto o esporte das massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas de uma outra forma: constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial. Isso em si não era novo, pois os exercícios físicos de massa havia tempo que eram associados aos movimentos nacionalista-liberais (O *Tuner* alemão, o *Sokols* tcheco) ou à identificação nacional (tiro de rifle na Suíça). Aliás, a resistência do movimento ginasta alemão, com sentido nacionalista em geral e antibritânico em particular, freou nitidamente a evolução do esporte de massa na Alemanha.<sup>91</sup> A ascensão do esporte proporcionou novas expressões de nacionalismo através da escolha ou invenção de esportes nacionalmente específicos - o *rugby* gales diferente do futebol inglês, e o futebol gaélico na Irlanda (1884), que adquiriram apoio genuíno das massas aproximadamente 20 anos depois.<sup>92</sup> Contudo, embora o vínculo específico de exercícios físicos com o nacionalismo como parte dos movimentos nacionalistas tenha continuado a ser importante - como em Bengala<sup>93</sup> - era no momento certamente menos importante do que dois outros fenômenos.

O primeiro era a demonstração concreta dos laços que uniam todos os habitantes do Estado nacional, independente de diferenças locais e regionais, como na cultura futebolística puramente inglesa ou, mais literalmente, em instituições desportivas como o Tour de France dos ciclistas (1903), seguido do Giro d'Italia (1909). Estes fenômenos foram mais importantes na medida em que evoluíram espontaneamente ou através de mecanismos comerciais. O segundo fenômeno consistiu nos campeonatos esportivos internacionais que logo complementaram os nacionais, e alcançaram sua expressão típica quando da restau-

90. Deve-se diferenciar este dos padrões de esportes e passatempos ao ar livre da velha aristocracia e classe militar, mesmo que estas às vezes aderissem aos novos esportes ou novas formas de esporte.

91. John, *op. cit.*, pp. 107 e seg.

92. W. F. Mandle, "Sport as Politics. The Gaelic Athletic Association 1884-1916", in R. Cashman e M. McKernan (org.), *Sport in History* (Queensland U. P., Sta. Lucia, 1979).

93. John Rosselli, "The Self-image of Effeteness: Physical Education and Nationalism in 19th Century Bengal", *Past and Present*, 86 (1980), pp. 121-48.

ração das Olimpíadas em 1896. Embora estejamos hoje bastante cientes da escala de identificação nacional indireta que estes campeonatos proporcionam, é importante lembrar que antes de 1914 eles mal tinham começado a adquirir seu caráter moderno. A princípio, os campeonatos "internacionais" serviam para sublinhar a unidade das nações ou impérios da mesma forma que os campeonatos inter-regionais. As partidas internacionais britânicas - como sempre as pioneiras - lançavam os países das Ilhas Britânicas uns contra os outros (no futebol: os países da Grã-Bretanha na década de 1870, tendo a Irlanda sido incluída na década de 80), ou contra as várias partes do Império Britânico (os *Test Matches* começaram em 1877). A primeira partida internacional de futebol fora das Ilhas foi entre a Áustria e a Hungria (1902). O esporte internacional, com poucas exceções, permaneceu dominado pelo amadorismo - ou seja, pelo esporte de classe média - até no futebol, onde a associação internacional (FIFA) era formada por países onde havia ainda pouco apoio para o jogo entre as massas em 1904 (França, Bélgica, Dinamarca, Países Baixos, Espanha, Suécia, Suíça). As olimpíadas continuaram sendo a maior arena internacional para este esporte. Por conseguinte, a identificação nacional através do esporte contra os estrangeiros neste período parece ter sido sobretudo um fenômeno de classe média.

Talvez até isso seja importante. Conforme observamos, as classes médias no sentido lato consideravam a identificação grupal subjetiva algo extremamente difícil, uma vez que não eram, de fato, uma minoria suficientemente pequena para estabelecer a espécie de associação prática de um clube de dimensões nacionais que reunisse, por exemplo, a maioria daqueles que houvessem passado por Oxford e Cambridge, não suficientemente unidos por um destino e uma solidariedade potencial comum, como os operários.<sup>94</sup> As classes médias preferiram tomar a atitude negativa de se segregarem de seus inferiores através de mecanismos como a insistência rígida no amadorismo no esporte, assim como através do estilo de vida e valores de "respeitabilidade", sem contar a segregação residencial. Porém, pode-se dizer que foi positiva a atitude de estabelecer um sentido de união através de

94. Seria interessante, em países cuja linguagem permita tal diferenciação, pesquisar as mudanças no emprego social mútuo da segunda pessoa do singular, símbolo de fraternidade, bem como de intimidade pessoal. Entre as classes mais altas, é conhecido o seu uso entre colegas de escola (e, como é o caso dos políticos franceses, entre estudantes), oficiais e outros. Os operários, mesmo quando não se conheciam, usavam habitualmente a segunda pessoa do singular. Leo Uhen, *Gruppenbewusstsein und informelle Gruppenbildung bei deutschen Arbeitern im Jahrhundert der Industrialisierung* (Berlim, 1964), pp. 106-7. Os movimentos operários institucionalizaram o emprego deste pronome entre seus membros ("Caro Senhor e Companheiro").

símbolos externos, entre os quais os do nacionalismo (patriotismo, imperialismo) eram talvez os mais importantes. Foi, segundo penso, como a classe essencialmente patriótica que a nova ou aspirante classe média achou mais fácil reconhecer-se coletivamente.

Tudo isto é especulação. Este capítulo não nos permite ir mais longe. Por ora só nos é possível ressaltar que existem pelo menos alguns indícios *prima facie* em favor destas hipóteses, constatados na atração exercida pelo patriotismo sobre a camada burocrática de britânicos na Guerra da África do Sul<sup>95</sup> e a função das organizações de massa direitistas nacionalistas - compostas na sua esmagadora maioria pela classe média, não pela elite - na Alemanha da década de 1880 em diante, a atração exercida pelo nacionalismo de Schonerer sobre os estudantes universitários (falantes do alemão) - uma camada de classe média profundamente marcada pelo nacionalismo em vários países europeus.<sup>96</sup> O nacionalismo que ganhou terreno identificava-se irresistivelmente com a direita política. Na década de 1890, os ginastas alemães, antes liberal-nacionalistas, abandonaram as velhas cores nacionais em conjunto para adotar a nova bandeira preta, vermelha e branca: em 1898 apenas 100 dos 6.501 *Turnvereine* ainda conservavam a velha bandeira negra, vermelha e dourada.<sup>97</sup>

Certo é que o nacionalismo tornou-se um substituto para a coesão social através de uma igreja nacional, de uma família real ou de outras tradições coesivas, ou auto-representações coletivas, uma nova religião secular, e que a classe que mais exigia tal modalidade de coesão era a classe média em expansão, ou antes, a ampla massa intermediária que tão notavelmente carecia de outras formas de coesão. A esta altura, novamente, a invenção de tradições políticas coincide com a de sociais.

#### IV

Descrever o aglomerado de "tradições inventadas" nos países ocidentais entre 1870 e 1914 é relativamente fácil. Já se deram exemplos suficientes de tais inovações neste capítulo, desde as gravatas das escolas e os jubileus reais, o Dia da Bastilha e as Filhas da Revolução

95. Richard Price, *An Imperial War and the British Working-Class: Working-Class Attitudes and Reactions to the Boer War, 1899-1902* (Londres, 1972), pp. 72-3.

96. Deve-se observar que na Alemanha o Korps estudantil de elite opunha-se ao princípio do anti-semitismo, ao contrário das associações que não eram de elite, embora na verdade o aplicasse (Grieswelle, *op. cit.*, p. 353). Da mesma forma, o anti-semitismo foi imposto ao movimento ginasta alemão por pressão das bases, contra a oposição da velha liderança nacional-liberal burguesa do movimento (John, *op. cit.*, p. 65).

97. John, *op. cit.*, p. 37.

Americana, o 1º de Maio, a International e os Jogos Olímpicos à Final da Taça e o Tour de France como ritos populares, e a instituição da veneração à bandeira nos Estados Unidos. Os progressos políticos e as transformações sociais que podem ter originado este aglomerado também já foram analisados, embora as últimas de forma mais breve e especulativa que as primeiras. Infelizmente, e mais fácil documentar os motivos e intenções daqueles que estão numa posição de instituir formalmente tais inovações, e até suas consequências, do que as novas práticas que surgem espontaneamente das bases. Os historiadores britânicos do futuro, ansiosos por investigar questões semelhantes em relação ao fim do século XX, terão muito menos dificuldade em analisar, por exemplo, as consequências cerimoniais do assassinato do Conde Mountbatten do que práticas novas como a aquisição (muitas vezes a altos preços) de placas de automóvel exclusivas. De qualquer forma, o objetivo deste livro é incentivar o estudo de uma matéria relativamente nova, e qualquer intenção de abordá-la de forma não experimental seria totalmente inadequada.

Contudo, restam três aspectos da "invenção da tradição" neste período que merecem uma breve análise, para concluir.

O primeiro é a distinção entre as novas práticas do período que se revelaram duradouras, e aquelas que não. Fazendo-se uma retrospectiva, aparentemente o período que abrange a I Guerra Mundial constitui um divisor entre linguagens do discurso simbólico. Como nos uniformes militares, o que poderia denominar-se modalidade lírica deu lugar à modalidade prosaica. Os uniformes inventados para os movimentos de massa de entreguerras, que mal podiam justificar-se como camuflagem operacional, abstinham-se das cores fortes, preferindo tons foscos, como o preto e marrom dos fascistas e nacional-socialistas.<sup>98</sup> Não resta dúvida de que ainda se inventavam fantasias para os homens vestirem em ocasiões rituais no período de 1870-1914, embora seja difícil encontrar exemplos - a não ser, talvez, através da adoção de velhos estilos por novas instituições do mesmo tempo e, com sorte, mesmo *status*, tais como a beca e o capelo acadêmicos para novas escolas e graus. Os velhos costumes foram certamente conservados. Todavia, tem-se a nítida impressão de que, neste sentido, o período viveu do capital acumulado. Por outro lado, porém, desenvolveu-se nessa época uma velha linguagem com entusiasmo peculiar. A mania de erigir estátuas e edifícios públicos simbólicos ou decorados com ale-

98. Os mais vivos uniformes desse tipo parecem ter sido as camisas azuis com gravatas vermelhas dos movimentos socialistas jovens. Jamais soube de nenhum caso de camisas vermelhas, cor de laranja ou amarelas, nem de trajes cerimoniais realmente multicoloridos.

gorias já foi mencionada, e não há dúvida de que atingiu seu clímax entre 1870 e 1914. Ainda assim, esta linguagem do discurso simbólico estava fadada ao declínio súbito entre as guerras. Essa moda extraordinária provaria ser quase tão efêmera quanto o surto contemporâneo de outro tipo de simbolismo, o "art nouveau". Nem a adaptação maçica da alegoria e simbolismo tradicional com objetivos públicos, nem a improvisação de uma nova e indefinida mas de qualquer forma curvilínea linguagem da mulher e das plantas, o simbolismo, principalmente por razões particulares ou semiparticulares parece ter-se adequado mais do que temporariamente a quaisquer reivindicações sociais que o tenham originado. Só podemos especular acerca dos motivos que levaram a isso, mas este não é o local apropriado.

Por outro lado, pode-se dizer que outra linguagem do discurso simbólico público, a teatral, revelou-se mais duradoura. As cerimônias e desfiles públicos, bem como as reuniões de massa ritualizadas, não eram novas. Mesmo assim, foi notável sua utilização com objetivos oficiais e não-oficiais e seculares (manifestações de massa, partidas de futebol, e coisas do gênero). Além do mais, a estruturação de espaços rituais formais, já conscientemente permitida pelo nacionalismo alemão, parece ter sido sistematicamente levada a efeito, mesmo nos países que até então pouca atenção lhe haviam prestado - isso nos lembra a Londres eduardina - e não podemos deixar de examinar a invenção, neste período, de construções para espetáculos praticamente novas e rituais de massa de fato, tais como estádios de futebol, abertos ou cobertos.<sup>99</sup> O comparecimento de membros da família real à final da Taça de Wembley (a partir de 1914) e o uso de edifícios como o Sportspalast, em Berlim, ou o Velodrome d'Hiver, em Paris, pelos movimentos de massa de entreguerras de seus respectivos países prenunciou o desenvolvimento de espaços formais para rituais públicos de massa (a Praça Vermelha, a partir de 1918), que seria sistematicamente fomentado pelos regimes fascistas. Pode-se observar *en passant* que de acordo com o esvaziamento da antiga linguagem do simbolismo público, os novos cenários desse ritual público deviam frisar a simplicidade e a monumentalidade, ao invés da decoração alegórica da Ringstrasse de Viena ou do monumento a Vítor Emanuel em Roma, ambos do século XIX,<sup>100</sup> tendência já prenunciada em nosso período.<sup>101</sup>

99. Cf. *Wasmuth's Lexikon der Baukunst* (Berlim, 1932), iv: "Stadthalle"; W. Scharau-Wils, *Gebäude und Gelände für Gymnastik, Spiel und Sport* (Berlim, 1925); D. R. Knight, *The Exhibitions: Great White City, Shepherds Bush* (Londres, 1978).

100. Carl Schorske, *Fin de Siècle Vienna: Politics and Culture* (Nova Iorque, 1980), cap. 2.

101. Cf. Alastair Service, *Edwardian Architecture: A Handbook to Building Design in Britain 1890-1914* (Londres, 1977).

No palco da vida pública, a ênfase, portanto, passou do planejamento de cenários elaborados e variados, que podiam ser "lidos" como uma história em quadrinhos ou tapeçaria, à movimentação dos próprios atores - ou, como nos desfiles militares ou reais, uma minoria ritual representando para proveito de uma massa que assistia, ou, conforme renunciavam os movimentos políticos de massa da época (tais como as manifestações do 1º de Maio) e as grandes ocasiões esportivas de massa, uma mescla de atores e público. Estas eram as tendências que se destinavam a um maior desenvolvimento após 1914. Sem mais especular sobre esta forma de ritualização pública, parece razoável relacioná-la à decadência da velha tradição e à democratização da política.

O segundo aspecto da tradição inventada neste período refere-se às práticas ligadas a classes ou camadas sociais específicas, separadas dos membros de coletividades maiores interclasses, tais como os estados ou "nações". Embora algumas dessas práticas fossem formalmente criadas para serem distintivos de consciência de classe - as práticas do 1º de Maio entre os trabalhadores, a restauração ou invenção do costume camponês "tradicional" entre os agricultores (na verdade, os mais abastados) - um número muito maior de tradições não eram tão identificadas na teoria, sendo, aliás, adaptações, especializações ou apropriações de práticas originalmente iniciadas pelas camadas sociais mais altas. O esporte é um exemplo óbvio. Partindo de cima, a linha de classe foi, assim, traçada de três formas: pela manutenção do controle aristocrático ou de classe média sobre as instituições que geriam o esporte, pela exclusividade social ou, de forma mais comum, pelo alto custo ou falta do equipamento fundamental necessário (quadras de tênis ou charnecas para a prática do tiro ao galo silvestre), mas acima de tudo pela rígida separação entre o amadorismo, o critério do esporte entre as camadas superiores, e o profissionalismo, seu corolário lógico entre as classes baixas urbanas e operárias.<sup>102</sup> O esporte específico de classe entre plebeus raramente evoluiu conscientemente como tal. Onde isso ocorreu, foi geralmente pela apropriação de práticas das classes altas, expulsão dos antigos praticantes e desenvolvimento de um conjunto específico de procedimentos sobre uma nova base social (a cultura futebolística).

As práticas que assim realizavam um trajeto social de cima para baixo - da aristocracia para a burguesia, da burguesia para o operariado - provavelmente predominaram neste período, não apenas no esporte, mas nos costumes e cultura material em geral, dada a força do esnobismo entre as classes médias e dos valores do aprimoramento e progresso pessoal entre as elites da classe operária.<sup>103</sup> Elas se transformaram, mas suas origens históricas continuaram visíveis. O movimento oposto não esteve ausente, mas neste período foi menos visível. As minorias (aristocratas, intelectuais, divergentes) talvez admirassem certas subculturas e atividades plebéias urbanas - tais como a arte do *music-hall* - mas a principal assimilação de práticas culturais ocorreu entre as classes baixas, ou mais tarde, entre um público de massa. Alguns sinais dessa assimilação já eram visíveis desde 1914, transmitidos principalmente pelos divertimentos e, talvez, sobretudo pela dança social, que pode relacionar-se à crescente emancipação da mulher: a moda do *ragtime* e do tango. Entretanto, qualquer levantamento das invengoes culturais deste período não pode deixar de observar o desenvolvimento de subculturas e práticas autóctones de classe baixa que nada deviam às classes altas - eram quase certamente derivadas da urbanização e da migração de massas. A cultura do tango em Buenos Aires é um exemplo.<sup>104</sup> É discutível até que ponto elas podem entrar numa análise da invenção das tradições.

O aspecto final e a relação entre "invenção" e "geração espontânea", planejamento e surgimento. É algo que sempre intriga os observadores das sociedades de massa modernas. As "tradições inventadas" têm funções políticas e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado se não as pudessem adquirir. Porém, até que ponto elas serão manipuláveis? É evidente a intenção de usá-las, aliás, frequentemente, de inventá-las para a manipulação; ambos os tipos de tradição inventada aparecem na política, o primeiro principalmente (nas sociedades capitalistas) nos negócios. Neste sentido, os teóricos da conspiração que se opõem a essa manipulação têm a seu favor não só a plausibilidade quanto os indícios. Contudo, também parece claro que os exemplos mais bem-sucedidos de manipulação são aqueles que exploram práticas claramente oriundas de uma necessidade sentida - não necessariamente compreendida de todo - por determinados grupos. A política do nacionalismo alemão no Segundo Império não pode ser entendida apenas de cima para baixo. Já se disse que até certo pon-

102. O profissionalismo subentende um certo nível de especialização ocupacional e um "mercado" mínimo disponível, se existente entre a população rural estabelecida. Lá os esportistas profissionais ou eram criados ou abastecedores das classes altas (jóqueis, guias de alpinismo), ou complementos de competições amadoras da classe alta (jogadores profissionais de críquete). A diferença entre a caça da classe baixa e da alta não era econômica, embora alguns caçadores clandestinos vivessem dela; era uma diferença legal. Exprimia-se através das Leis de Caça.

103. Observou-se uma correspondência weberiana entre esporte e protestantismo na Alemanha até 1960. G. Lüschen, "The Interdependence of Sport and Culture", in M. Hart (org.). *Sport in the Sociocultural Process* (Dubuque, 1976).

104. Cf. Blas Matamoro, *La Ciudad del Tango (Tango Histórico y Sociedad)* (Buenos Aires, 1969).

to o nacionalismo escapou ao controle daqueles que o consideraram vantajoso para ser manipulado - pelo menos nesta época.<sup>105</sup> Os gostos e as modas, especialmente na área do divertimento popular, podem ser "criados" apenas dentro de limites bastante estreitos; têm de ser descobertos antes de serem explorados e modelados. Cumpre ao historiador descobri-los num sentido retrospectivo - também tentando entender por que, em termos de sociedades em transformação dentro de situações históricas em transformação, sentiram-se tais necessidades.

105. Geoffrey Eley, *Re-shaping the German Right* (Yale U.P., Londres e New Haven, 1980).